

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)**

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL DE
SANTA CATARINA (CERFEAD/IFSC)**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**PRODUTO EDUCACIONAL: VIDEODOCUMENTÁRIO SOBRE OS SENTIDOS DO
TRABALHO PARA OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

CAIO CASELLI MARTINS

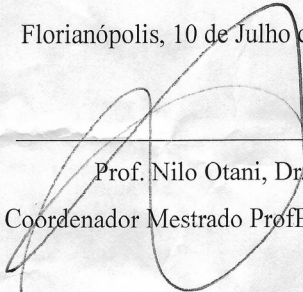
**FLORIANÓPOLIS/SC
2019**

CAIO CASELLI MARTINS

**PRODUTO EDUCACIONAL: VIDEODOCUMENTÁRIO SOBRE OS SENTIDOS DO
TRABALHO PARA OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

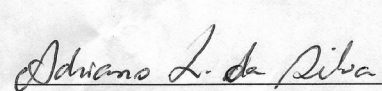
Este produto educacional foi julgado, validado e aprovado para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (Cerfead/IFSC).

Florianópolis, 10 de Julho de 2019.

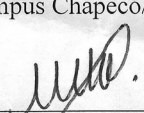


Prof. Nilo Otani, Dr.
Coordenador Mestrado ProfEPT/IFSC

BANCA EXAMINADORA



Prof. Adriano Larentes da Silva, Dr (Orientador/a)
IFSC – Câmpus Chapecó/ProfEPT



Profa. Eliane Juraski Camillo, Dra.
IFSC - Cerfead/ProfEPT



Profa. Marise Nogueira Ramos, Dra.
UERJ e EPSJV/FIOCRUZ

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	04
2. Os Sentidos do Trabalho.....	12
3. Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina.....	22
3.1 A dupla dimensão do trabalho: Ontológica e Histórica.....	22
3.2 O que faz o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais ganhar ou perder sentido?.....	27
3.3 O trabalho que adoece.....	32
3.4 Breves considerações a respeito do produto educacional.....	38
REFERÊNCIAS.....	41

PRODUTO EDUCACIONAL: VIDEODOCUMENTÁRIO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS ¹

1. Apresentação

Segundo as diretrizes do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/PROFEPT, o trabalho de conclusão de curso deverá incluir a elaboração da dissertação e de um produto educacional. O produto é uma espécie de materialização do estudo, deve estar “encartado” à dissertação e servir a uma aplicação imediata, ou seja, estar disponível para uso com a finalidade de melhoria nos processos de ensino e nos processos de gestão do ambiente educacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O presente estudo partiu da observação de que o servidor da educação federal classificado como Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) não é (re)conhecido no espaço institucional, seja pelas generalistas descrições das atribuições do cargo encontradas nas legislações e documentos oficiais, seja pelos próprios requisitos à investidura no cargo (licenciatura em qualquer área ou formação superior em pedagogia). Estes dois aspectos parecem não colaborar no sentido de direcionamento para as atividades a serem desenvolvidas por este servidor tido como um *especialista em educação*, o que, por sua vez, pode incidir na maneira como ele é enxergado (ou não é enxergado) pelos membros da comunidade escolar e, ao fim, dificultar a constituição de uma identidade e refletir nos sentidos atribuídos ao trabalho. Apesar de partir de uma observação de que esta é uma realidade presente no conjunto das instituições federais de ensino onde se faz presente o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais, considerando os limites deste momento procurei investigar e contribuir a partir do cenário do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Para procurar compreender melhor o universo dos produtos educacionais (característicos dos mestrados profissionais na área *Ensino*), em consulta ao Portal da CAPES encontrei o documento *Comunicado n. 001/2012 – Área de Ensino*², que trata das orientações para novos APCNs (apresentação de propostas de cursos novos). A seção que trata da Produção Intelectual traz a seguinte redação sobre os exemplos de produtos educacionais e suas formas de validação:

1 O presente texto constitui-se no capítulo 3 da Dissertação intitulada *O Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Santa Catarina: fazeres e sentidos*. A pesquisa foi desenvolvida entre 2017-2019 no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). O esquema de numeração, incluindo os quadros e gráficos, foram adaptados para o atendimento a esta finalidade, qual seja a de trazer especificamente o capítulo que trata do produto educacional.

2 Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Criterios_apcn_2016/Criterios_APCN_Ensino.pdf

- Mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais, etc.);
- Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais;
- Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, etc.);
- Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares);
- Materiais interativos (jogos, kits e similares);
- Atividades de extensão (exposições científicas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividades de divulgação científica e outras) (CAPES, 2016).

Aqui, acredito ser importante registrar um parêntese: a busca de informações sobre produtos educacionais, realizada a fim de subsidiar o desenvolvimento deste, revelou uma lacuna de conteúdos sobre o assunto. Em variadas pesquisas na Internet, foi consideravelmente difícil encontrar informações a respeito dos produtos educacionais, como conceitos, normas, formas de aplicação e validação, etc. Estas informações têm que estar mais claras e acessíveis a pesquisadores, professores e coordenadores, para que possam auxiliar, de fato, nos momentos de concepção e de construção dos produtos. Sobretudo para que os produtos educacionais sejam capazes de contribuir para o alcance dos objetivos dos mestrados profissionais, entre eles uma maior aproximação entre instituições de ensino e sociedade. Por outro lado, já é possível encontrar algumas publicações que discutem a problemática dos produtos educacionais no universo dos mestrados profissionais, como os artigos de Niezer et al. (2015) e Antunes Jr. et al. (2015)³.

O produto desenvolvido no âmbito deste estudo se caracteriza como uma mídia educacional. Por abordar temática pertinente a um grupo de trabalhadores da educação, se relaciona diretamente com o propósito de melhorias nos processos de gestão do ambiente educacional, e, de maneira não-direta, nos processos de ensino-aprendizagem. Este último ganha maior peso na medida em que a pesquisa discute especialmente o caso de servidores considerados *especialistas em educação*, ou seja, profissionais que têm o que contribuir “na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não-formais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 01).

3 NIEZER et al.: Caracterização dos Produtos Desenvolvidos por um Programa de Mestrado Profissional da Área de Ensino de Ciências e Tecnologia.

ANTUNES JR. et al.: Sobre dissertações no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de Física.

A respeito do formato *videodocumentário*, Zandonade e Fagundes (2003) consideram que “o videodocumentário se caracteriza por apresentar determinado acontecimento ou fato, mostrando a realidade de maneira mais ampla e pela sua extensão interpretativa” (p. 15). Para as autoras,

[...] a função do documentário é reconhecida com unanimidade pelos documentaristas, que acreditam no objetivo de estabelecer um elo de ligação entre os receptores da mensagem transmitida e o realizador da obra, de forma a permitir uma empatia capaz de proporcionar uma reflexão sobre os fatos cotidianos que lhes cercam (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 16).

Ainda que o documentário objetive apresentar determinado fato ou realidade, é característico deste gênero jornalístico o caráter autoral, ou seja, a *marca* que será deixada em cada produção audiovisual é a marca de seus produtores/idealizadores. Assim, “a atuação do jornalista em produções documentais adquire o caráter autoral que se contrapõe à definição de jornalismo imparcial e isento, criticado por muitos profissionais da área” (FAGUNDES; ZANDONADE, 2003, p. 16). Por fim, corroboramos com as autoras no entendimento de que o videodocumentário deve ser considerado como importante *instrumento de mobilização social*.

O vídeo em questão foi elaborado a partir de dois momentos de produção/coleta de dados da pesquisa, por diferentes instrumentos: (1) entrevistas presenciais realizadas com servidores técnicos em assuntos educacionais do IFSC Campus Florianópolis e (2) dados oriundos dos questionários respondidos por TAEs de distintos Campus e da Reitoria do IFSC. De acordo com justificativa apresentada no segundo capítulo da dissertação da qual este produto educacional faz parte, o questionário foi enviado a todos os 73 técnicos em assuntos educacionais da instituição⁴, por e-mail, como forma de convite à participação no estudo. Obtive, ao final, 30 respostas completas, às quais tornaram-se de grande valia para compor o cenário dos TAEs do IFSC e subsidiar informações trazidas no videodocumentário.

O roteiro das entrevistas seguiu a proposta geral do estudo: conhecer o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais e investigar quais são os sentidos atribuídos ao trabalho por esses trabalhadores da educação. Para este momento, optei por não fragmentar demais os temas, mas trazer as grandes questões que compõe a pesquisa e ouvir o que os servidores tinham a dizer. Assim, as questões colocadas foram: (1) O que é Trabalho? (2) O que é o Trabalho dos Técnicos em Assuntos Educacionais? (3) Para você, quais são os Sentidos do Trabalho? Como as entrevistas foram gravadas, optei por realizar uma conversa prévia sobre o assunto, como forma de “aquecimento”, no intuito de

4 De acordo com dados do Departamento de Gestão de Pessoas/DGP do IFSC, em outubro de 2018. No início dessa pesquisa, em 2017, esse número era de 69 técnicos em assuntos educacionais, segundo o Anuário Estatístico da instituição.

colocar o roteiro das questões e verificar se haviam dúvidas. A íntegra das três questões trazidas às entrevistas encontra-se no Apêndice C – Roteiro das Entrevistas, na Dissertação.

A cada agendamento de horário definido com a(o) entrevistada(o), eu partia em busca de um espaço físico disponível para a realização da entrevista e captação das imagens. Com o aumento progressivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão verificado no Campus Florianópolis em anos recentes, encontrar espaço físico disponível não tem sido tarefa fácil. Assim, optei por marcar as entrevistas nos momentos “entre turnos”, como no horário de almoço ou nos finais de tarde, após o período vespertino e antes do período letivo noturno. Os ambientes utilizados para as entrevistas foram, então, salas de aula; ou, quando possível, o próprio local de trabalho do servidor.

O ponto alto deste “processo” foi a oportunidade de poder conversar com os colegas técnicos em assuntos educacionais, ouvi-los em questões preciosas da vida, como os sentidos do trabalho. Ao mesmo tempo em que me senti privilegiado pela oportunidade, durante as prosas realizadas antes e após as entrevistas me senti profundamente identificado com os sujeitos protagonistas do vídeo. Colegas de trabalho, colegas de tantas lutas, trabalhadores da educação pública, pessoas em busca de suas realizações, e que mantém acesa a chama da esperança de uma sociedade mais justa pelo poder transformador da educação.

Acredito ser importante mencionar que todo este processo de entrevistas e gravações foi realizado de maneira rudimentar, ou seja, pelas mãos deste pesquisador – que é um apreciador de filmes, mas que não entende nada sobre a produção de películas... Os únicos instrumentos utilizados foram: *smartphone*, pequeno tripé de mesa (para melhor estabilização) e microfone. Peço perdão por erros que certamente aconteceram na captação das imagens e das falas, pois tudo constituiu-se em um grande desafio pessoal.

Após as gravações, era hora de analisar o material e iniciar o preparo para a fase de edição. Então, vídeo por vídeo, fui assistindo-os e transcrevendo as falas, pois desde o início eu tinha o propósito de inserir legendas no documentário. Finalizado este trabalho, procedi à organização da sequência das falas, procurando intercalar as falas dos diferentes sujeitos, em um movimento dinâmico de “idas e voltas”, no intuito de preservar o tom de “conversa” por meio das reflexões realizadas. Optei por estruturar o vídeo em três partes, que derivaram das questões principais abordadas na dissertação: trabalho; o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais; os sentidos do trabalho. Ciente das limitações envolvidas – ausência de conhecimentos na área e tempo exíguo, para a

posterior fase de edição necessitei buscar ajuda especializada. Foi quando, por meio de um contato de colega servidora da área de jornalismo, encontrei o Daniel Meneguelli, trabalhador da TV IFSC com especialização em Cinema, TV e Mídias Digitais e experiência na produção de vídeos.

Primeiramente realizamos uma reunião presencial, no dia 03/04/2019, com o objetivo de nos conhecermos e trocarmos ideias iniciais sobre o projeto de produção do vídeo. O trabalho realizado anteriormente, de transcrição das falas e posterior elaboração de um roteiro com uma sequência dos diálogos foi fundamental para melhor visualização do trabalho a ser desenvolvido. Naquele momento, aprendi que o processo ora realizado é conhecido como *decupagem*. Do francês *découpage*, “em cinema e audiovisual, decupagem é o planejamento da filmagem, a divisão de uma cena em planos e a previsão de como estes planos vão se ligar uns aos outros através de cortes”, de acordo com a Wikipédia (2019). Nesta primeira reunião combinamos um período de dois meses para o desenvolvimento do projeto – tempo razoável mediante os prazos do Programa de Mestrado, que findariam em julho/2019, e tempo considerado suficiente, por parte do Daniel, para a realização de um trabalho de qualidade e onde pudéssemos trocar ideias constantemente ao longo do processo de construção do videodocumentário.

O que se sucedeu foi exatamente isso: acordado o planejamento e roteiro básicos, mergulhamos em um processo constante de interação e trocas de conhecimentos. A cada “corte” (edição) realizado, o Daniel me encaminhava o vídeo para que pudéssemos continuar discutindo-o e encontrar os caminhos mais coerentes com a proposta do estudo científico. Assim, pouco a pouco, semana a semana, avançávamos na produção audiovisual e o documentário ganhava “corpo”, conteúdos e um toque de arte. Além dos riquíssimos conteúdos produzidos nas entrevistas – que se constituem no cerne do vídeo – inserimos conteúdos de texto oriundos da dissertação e dados dos questionários. Para criar dinamicidade ao documentário, composto fundamentalmente pelas falas dos sujeitos, encontramos nas expressões artísticas os elementos essenciais: imagens e som. A fase de pesquisa por imagens e músicas se deu em função da temática primordial do estudo: Trabalho.

Ao final do período de dois meses tínhamos um robusto material produzido, cuja centralidade são os sujeitos trabalhadores da educação e reflexões sobre os sentidos do trabalho em suas vidas. Concluída essa etapa, posso afirmar que o videodocumentário superou, em muito, as minhas expectativas iniciais quanto ao presente produto educacional, sobretudo porque a partir desse trabalho pude lembrar o poder que possui o material audiovisual de despertar atenção, interesse, emoção, empatia, curiosidade –

tudo condensado em um mesmo “produto”.

Abaixo, apresento o quadro que denominamos de “resumo técnico” do videodocumentário:

Quadro 1 – Resumo técnico do Videodocumentário

Introdução (0'00 – 1'40)	Compreende a abertura do videodocumentário, que constitui-se de:
	Trilha sonora: O trenzinho do caipira - Heitor Villa-Lobos Versão: Egberto Gismonti.
	Imagens Trabalho e Trabalhadores. Artistas: Antonio Berni, Charles F. Quest, Tarsila do Amaral, Jules Bastien-Lepage, Ken White, Cândido Portinari, Diego Rivera e outros.
	Conteúdo de texto: dimensão ontológica do trabalho (MARX, 1996; OLIVEIRA, 2010; FRIGOTTO, 2009).
Desenvolvimento (1'41 – 16'08)	É o “corpo” do videodocumentário, que estrutura-se em três partes que se inter-relacionam: Trabalho; O Trabalho dos Técnicos em Assuntos Educacionais; Os Sentidos do Trabalho. Constitui-se de:
	Depoimentos dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IFSC Campus Florianópolis: Ana Lucia Machado, Rosana Garcia, Fernanda Marcondes, Stella Rivello e Miguel Turcatto.
	Trilha sonora: O trenzinho do caipira - Heitor Villa-Lobos Versão: Egberto Gismonti.
	Imagens Trabalho e Trabalhadores. Artistas: Yvone Ferguson, Yuko Shimizu, Jean-François Millet, Fernand Léger, Alexander Millar, Ventura Álvarez Sala, Pola López e outros.
Desfecho (16'09 – 19'02)	Conteúdos de texto: dimensão histórica do trabalho; comparação e relações entre a dimensão ontológica e a dimensão histórica do trabalho (MARX, 1996; OLIVEIRA, 2010; FRIGOTTO, 2009).
	Compreende o fechamento do videodocumentário. Constitui-se de:
	Trilha sonora: O trenzinho do caipira - Heitor Villa-Lobos Versão: Egberto Gismonti.
	Imagens Trabalho e Trabalhadores. Artistas: Beatriz Hoyos, Juan Gabriel Ruiz, Tom Roberts, Sylvia Pankhurst, Glenn Brady, Vincent van Gogh, Sin Dios.
	Dados provenientes dos questionários aplicados com Técnicos em Assuntos Educacionais de diferentes Campus e Reitoria do IFSC.
	Conteúdo de texto: o trabalho como elemento central da existência humana; o trabalho como essência humana, produzida pelos próprios homens; o trabalho, enfim, enquanto processo histórico (SAVIANI, 2007).
	Créditos.

Elaborado pelo autor. Fonte: videodocumentário produzido na pesquisa.

A título de ilustração, apresento a seguir alguns fragmentos do filme, extraídos a partir de capturas de tela (*prints*) de diferentes momentos do videodocumentário:



Figura 1: *print* do título do videodocumentário – Os Sentidos do Trabalho para Técnicos em Assuntos Educacionais.



Figura 2: *print* de imagem da abertura do videodocumentário – Obra: Os Operários, de Tarsila do Amaral (1933).

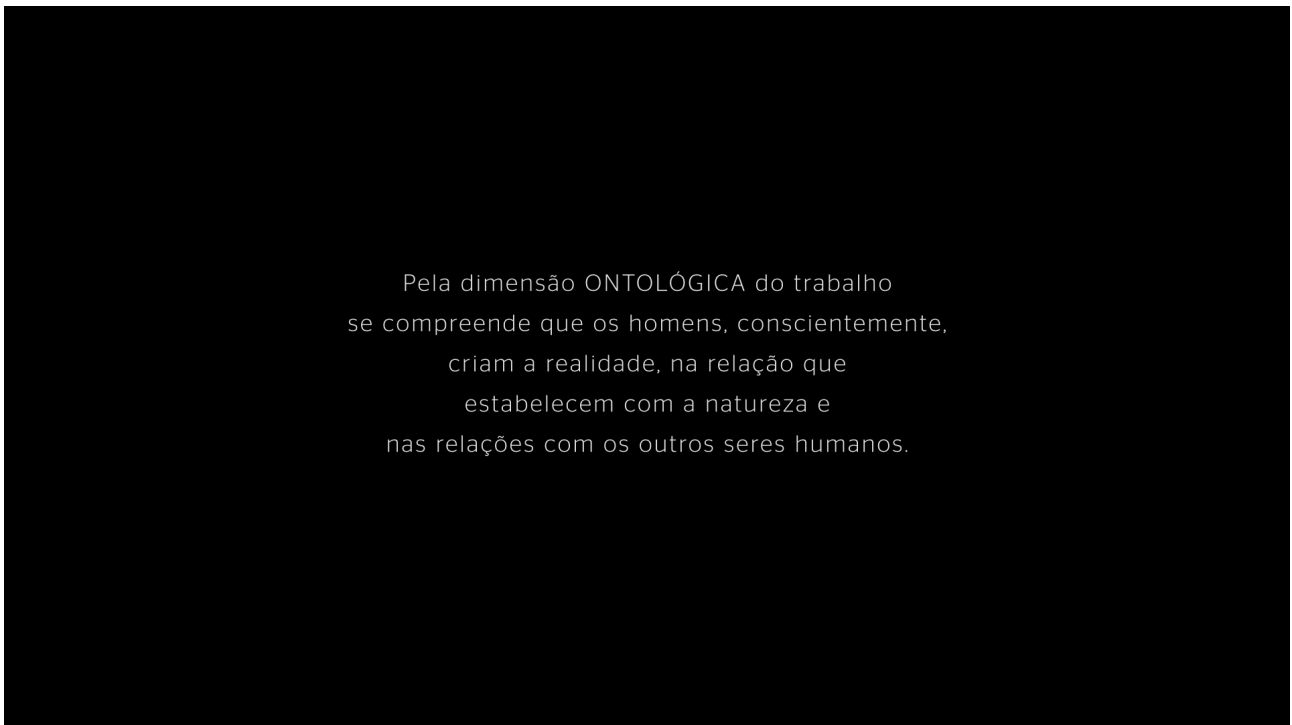


Figura 3: *print* de conteúdo de texto – Dimensão Ontológica do Trabalho.



Figura 4: *print* de entrevista que compôs o videodocumentário.

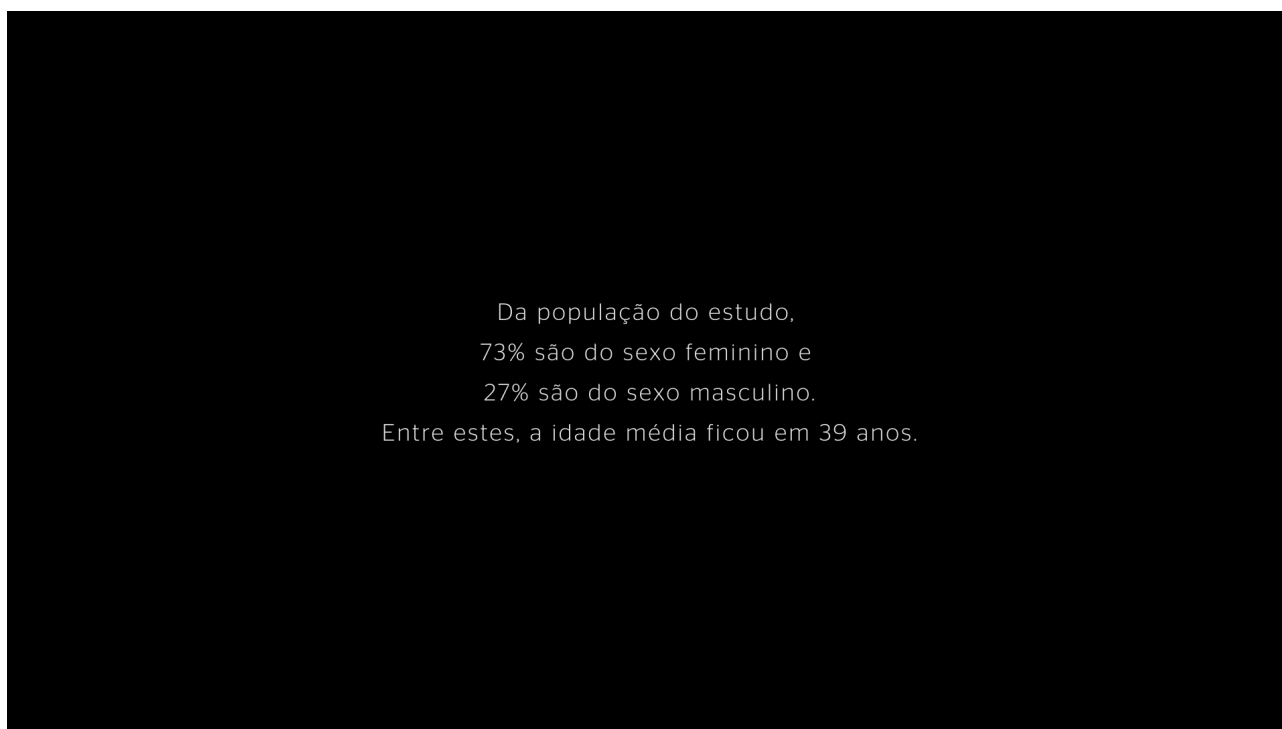


Figura 5: *print* da apresentação de dados oriundos dos questionários.

Por fim, registro que o produto educacional ora descrito foi fruto de um longo processo. O histórico detalhado deste processo de construção do produto educacional, desde as discussões coletivas e concepções iniciais – bem como as mudanças de rumos ocorridas ao longo da pesquisa – estão concentrados no texto do Apêndice B da Dissertação. Creio que este seja mais diretamente interessante aos colegas técnicos em assuntos educacionais que participaram dos encontros coletivos e presenciais, mas, dada a relevância que atribuo a tais momentos, torno-o público.

Na seção seguinte apresento a revisão teórica sobre os sentidos do trabalho, que subsidiou todo o processo de concepção do produto educacional: da elaboração do roteiro de entrevistas à inserção de conteúdos de texto no videodocumentário. Neste último, destaco especialmente a discussão a respeito da dupla dimensão do trabalho, em seu sentido ontológico e histórico.

2. Os Sentidos do Trabalho

Nesta seção pretendo discorrer sobre os sentidos do trabalho, como uma sequência das discussões realizadas anteriormente acerca da categoria *trabalho* e do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais. Ciente dos limites do presente estudo, procurarei abordar a temática *sentidos do trabalho* em suas concepções mais amplas, mas que certamente não deverão contemplar toda a complexidade envolvida quando se discute os sentidos do trabalho. A revisão teórica apresentada prosseguirá o caminho trilhado até aqui, ou seja, o da busca por autores que estudaram trabalho em Marx e que

se dedicam à construção de perspectivas críticas acerca da categoria trabalho.

Considerado um dos grandes filósofos marxistas, o húngaro György Lukács (1885-1971) dedicou-se, já ao final de sua vida, à escrita sobre a gênese e o desenvolvimento do ser social. Para a discussão aqui iniciada, considero importante trazer a reflexão de Lukács (2013), em sua *Ontologia do Ser Social*, da afirmação do *trabalho como categoria fundante do ser social*.

Tal assertiva não se trata, porém, de colocar a categoria trabalho acima de qualquer outra em uma escala simples de relevância, mas como relembra Ecurra (2016) a respeito da filosofia de Lukács, na comparação entre duas categorias “a primeira pode existir sem a segunda, porém o contrário é ontologicamente impossível: por exemplo, pode existir ser sem existir consciência, mas o contrário é impossível” (p. 14). Isso ajuda a explicar o percurso intelectual de György Lukács para a afirmação de ser o trabalho o principal meio pelo qual o homem (ser biológico) se constitui, efetivamente, em homem (ser social): é o trabalho o responsável pela “ponte”, pela relação entre seres humanos e natureza que vai se desenvolvendo e se aprimorando ao longo do tempo, fundamental ao processo de constituição do ser humano restrito às suas funções e impulsos orgânicos em ser humano social. Ecurra (2016, p. 14-15), que estudou o conceito de trabalho como categoria fundante do ser social em Lukács, define com precisão esta formulação do filósofo húngaro: “o momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e o estabelecimento da vida especificamente humana reside no trabalho [...] é o vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza”. Nas palavras de Lukács (2013):

[...] o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

Se é o trabalho o elemento primordial que conduziu o homem à sua própria evolução, desde um ser vivo que vagava em busca de alimentos e abrigo de intempéries em um distante momento do Planeta Terra até chegarmos a complexa organização societal que vimos presenciando nestes dias do século XXI, e isso só se tornou possível graças à formação e ao desenvolvimento do ser meramente biológico em uma nova forma de ser (ser social que cria e recria o mundo) – por meio do trabalho – parece não restar dúvidas quanto à relevância que possui o trabalho, hoje, e durante boa parte da história recente da humanidade. E se o é relevante enquanto categoria de estudos de diferentes ramos da ciência, no propósito e nos limites deste, que é o de investigar os fazeres (*trabalho*, portanto) de um grupo específico de trabalhadores da educação, e assumindo os sujeitos como protagonistas da pesquisa, torna-se quase que um caminho natural

tratar dos significados e dos sentidos que estes fazeres assumem sob os olhares destes trabalhadores.

Ao tratar dos sentidos do trabalho para servidores públicos da área da saúde, Martins (2011) observa, a partir de Pino (1993), que inúmeros autores, incluindo Vygotski e Leontiev, propõe uma distinção entre os vocábulos *significado* e *sentido*. Para esses autores da corrente sócio-histórica de Psicologia, o significado é compreendido como uma atribuição coletiva da sociedade a determinado signo; o sentido, por sua vez, compreende a significação que esses signos representam para cada um dos sujeitos, em um processo individual e particular a cada ser, mas que sempre tem origem em uma anterior apropriação social. Sentido, portanto, envolve uma percepção individual sobre determinado tema ou discurso, que, por sua vez, envolve as experiências, história, visão de mundo, enfim, de quê é constituído o sujeito. Assim,

Os sentidos, do ponto de vista teórico, encontram-se configurados pela atribuição de significados aos signos – que se constitui na “coisa” material (objeto, gesto, figura ou som), através da linguagem, presente no contexto discursivo dos sujeitos (MARTINS, 2011, p. 53).

A discussão sobre os sentidos do trabalho transita, indubitavelmente, pelo campo das diferentes dimensões assumidas pelo trabalho humano. Sob a perspectiva de Marx, o trabalho tem em si uma dimensão ontológica fundamental e uma dimensão histórica, esta última relacionada ao modo de produção vigente. Pela dimensão ontológica do trabalho se compreende que os homens, conscientemente, criam a realidade, na relação que estabelecem com a natureza e nas relações com os outros seres humanos. Em estudo sobre trabalho em Marx, Oliveira (2010) assim coloca a respeito desta poderosa dimensão ontológica existente no trabalho:

Deve-se compreender que o homem possui a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, ao efetivar-se, no curso histórico, e, ao mesmo tempo, dar novos rumos à sua existência. Isso quer dizer que o homem está em um constante processo de auto-construção, tanto em sua dimensão subjetiva quanto intersubjetiva, possibilitada por sua atividade essencial, o trabalho. É por meio dessa atividade, a qual Marx define como vital, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, ideias e sentimentos, resultando daí os bens materiais necessários à existência, bem como toda a riqueza social [...] Ademais, ele modifica a realidade natural que o circunda e, ao modificá-la, cria uma nova realidade, da qual os demais homens usufruem, engendrando assim um feixe de relações sociais. É nessa relação com a natureza e os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente, molda a sua essência (OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Pode-se dizer que o sentido que o trabalho assume, nesta perspectiva ontológica, é algo próximo do sentido de plenitude. Pois a partir do trabalho os seres humanos produzem as suas existências em intercâmbio com a natureza e os demais seres humanos, constituindo-se como seres sociais, desenvolvendo suas subjetividades e

criando e recriando a realidade. Oliveira (2010) considera que este “caráter antropológico universal” representa a “positividade do trabalho” (p. 04).

Este *pressuposto ontológico* do trabalho vai ao encontro da defesa da importância que o trabalho continua a assumir nas vidas dos habitantes do Planeta Terra no globalizado século XXI, quando nos lembra que o trabalho não pode se resumir ao emprego ou à questão de sobrevivência, mas, segundo Frigotto (2009, *online*), “à produção de todas as dimensões da vida humana”. Isso auxilia na compreensão acerca da dimensão ontológica do trabalho na condição do *ser humano*, quando o autor escreve que o trabalho também “responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva”.

Em contradição dialética, o trabalho também assume um outro lado, em sua dimensão histórica – quando compreendido no contexto e nas condições em que se estabelecem as relações de produção⁵. No modo de produção capitalista há uma ruptura fundamental entre trabalho e capital, e, dessa separação, origina-se uma situação de *estranhamento*. O estranhamento de que trata Marx ocorre quando, ao trabalhador, a sua atividade de trabalho torna-se *estranhada*, quando o trabalhador deixa de reconhecer os produtos de seu próprio trabalho – justamente onde este coloca toda a sua energia e vitalidade – tornando-se, estes, estranhos ao ser que trabalha.

Deste estranhamento do ser humano para com a sua própria atividade de trabalho, quando parece ofuscar-se o caráter ontológico do trabalho e seu poder enquanto atividade vital humana, Alves (2010) chega ao conceito de *vida reduzida*. O autor contextualiza a questão do estranhamento, do tempo de vida e da dinâmica do consumismo, observados no atual momento do capitalismo:

Nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promovem o fenômeno da “vida reduzida”. Na medida em que o homem que trabalha, dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumista desenfreada, ele não se desenvolve como ser humano-genérico. Enfim, torna-se presa da “vida reduzida” que caracteriza as sociedades burguesas hipertardias. A “vida reduzida” é antípoda à “vida plena de sentido” que o homem que trabalha é incapaz de ter no sistema social do capital. Com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado (ALVES, 2010, p. 21, grifos do autor).

A crítica a esse respeito, ao modelo de produção e de organização da sociedade em prol do *mundo das coisas*, e seus efeitos na vida do trabalhador, são passíveis de

5 A dimensão histórica do trabalho considera o complexo imbricamento do trabalho desenvolvido no modo de produção capitalista. Posto que seguimos vivendo no mesmo sistema capitalista, reconhecendo-se suas diferentes fases ao longo da história recente até o presente momento, os escritos de Marx – e de teóricos marxistas que vêm analisando as transformações do trabalho na sociedade contemporânea – seguem como importantes referências na análise de sua dimensão histórica.

perceber em Marx:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 1993, p.159).

Assim, a dimensão histórica do trabalho, nas formas assumidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, para Oliveira (2010) configura-o [o trabalho] “em sua forma negativa”, quando “o homem trabalha não para se realizar, para efetivar-se como ser livre e criativo, mas para satisfazer os interesses do capital e as suas necessidades imediatas (comer, beber, agasalhar-se etc.)” (OLIVEIRA, 2010, p. 07).

Cabe aqui uma reflexão de ordem filosófica, desenvolvida por Saviani (2007) no texto “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, mas passível de contribuir a essa discussão. Na referida análise, o autor observa que mais adequado do que tratar dos fundamentos ontológicos para depois analisar os fundamentos históricos, mais coerente seria considerá-los como “fundamentos ontológico-históricos” da relação trabalho e educação. Saviani (2007, p.152) explica: “Não se trataria de examinar os fundamentos ontológicos e depois, em acréscimo, examinar os fundamentos históricos, ou vice-versa. Isso porque o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico”. Esta torna-se uma reflexão interessante também para a discussão aqui realizada, e que auxilia na compreensão da dupla dimensão do trabalho como unidade em movimento, e não como polos antagônicos.

A dimensão ontológica e a dimensão histórica do trabalho, enfim, são faces de uma mesma moeda. Enquanto a perspectiva ontológica nos relembra que o trabalho é a atividade determinante para a formação do ser social (transformação do ser meramente biológico, movido por impulsos, em ser humano que passa a refletir sobre suas ações), e, por isso, ocupa lugar fundamental nas vidas humanas, a perspectiva histórica nos mostra as condições estruturais em que ocorre o trabalho de acordo com o modo de produção em vigência, especialmente a partir do momento em que o trabalho passa a ser pesquisado no modo de produção capitalista. As dimensões ontológica e histórica do trabalho caminham juntas, ora parecendo aproximar-se e ora posicionando-se em campos radicalmente opostos. São duas dimensões que coexistem em um mesmo “ser”. Para Frigotto (2009, *online*), “estas diferentes dimensões circunscrevem o trabalho humano na esfera da necessidade e da liberdade, sendo ambas inseparáveis”.

Esta dualidade observada nos estudos sobre trabalho pode ser vista de forma ampliada e abranger outras contradições. Um exemplo disso é a relação de prazer e

sofrimento, da qual trata Christophe Dejours em estudos sobre psicopatologia e psicodinâmica do trabalho.

Com a intensificação do desenvolvimento industrial do século XX e da divisão social do trabalho, massificados pela organização científica do trabalho (taylorismo), uma série de questões saltava aos olhos na ótica da relação homem-trabalho: longas jornadas, aumento no ritmo da produção, fadiga física, automação, fracionamento das tarefas, etc. (MENDES, 1995). Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, tornava-se necessário, porém, olhar também para a saúde mental dos trabalhadores. E foi este o caminho trilhado pelo médico Dejours ao aprofundar-se nos estudos sobre a saúde dos trabalhadores, com base na psiquiatria, psicanálise e na psicologia do trabalho.

Para Dejours (1987), no trabalho podem ocorrer vivências de prazer e sofrimento, que se manifestam de diferentes formas pois dependem dos contextos em que são observadas e das estruturas de personalidade, que são particulares a cada indivíduo. É relevante lembrar que as pesquisas sobre a influência do trabalho na saúde mental dos trabalhadores, sob esta ótica da psicopatologia/psicodinâmica do trabalho, tem em sua gênese o foco na organização do trabalho que ficou conhecida como taylorismo. Sobre isso, Dejours (1987) coloca:

A organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças, e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada (DEJOURS, 1987, p. 133, grifos do autor).

As vivências de prazer, por sua vez, neste contexto socio-laboral demarcado pelas características/imposições da organização do trabalho taylorista, ocorrem quando a correlação de forças torna-se um pouco mais favorável ao trabalhador. Na análise *dejouriana*, isso acontece quando se torna realidade ao menos uma condição entre essas duas:

- As exigências intelectuais, motoras ou psicossensoriais da tarefa estão, especificamente, de acordo com as necessidades do trabalhador considerado, de tal maneira que o simples exercício da tarefa está na origem de uma descarga e de um “*prazer de funcionar*”.
- O conteúdo do trabalho é fonte de uma satisfação *sublimatória*: situação que, a bem dizer, é rara em comparação com a maioria das tarefas, encontradas em circunstâncias privilegiadas, onde a concepção do conteúdo, do ritmo de trabalho e do modo operatório é, em parte deixada ao trabalhador [...] Tais condições só se encontram nas profissões de artesão, nas profissões liberais e entre os responsáveis de alto nível: trabalho livremente organizado ou deliberadamente escolhido e conquistado (DEJOURS, 1987, p. 134-135, grifos do autor).

As contribuições de Dejours a respeito da saúde mental dos trabalhadores não só

foram relevantes para o contexto da época como continuam a provocar reflexões no atual momento histórico. Apesar das inúmeras transformações observadas no mundo do trabalho, especialmente da segunda metade do século XX até os dias em que vivemos, é possível apontar pontos em comum entre os preceitos da organização científica do trabalho de Taylor e o trabalho desenvolvido hoje. Como exemplos, podemos citar a divisão de tarefas, que persiste e se intensifica pelo fenômeno da especialização; ou a rigidez dos processos, que, a despeito de parecer-se reduzir com as transformações na dinâmica do trabalho no capitalismo flexível, ainda é bastante presente em parte da indústria e nos serviços públicos, particularmente entre os trabalhadores que ocupam as porções inferiores nas estruturas hierárquicas – tanto no setor público como no privado. E, ainda, a questão do trabalho estranhado, que segue a acompanhar e causar sofrimento mental e físico aos trabalhadores do século XXI, quando estes não se reconhecem em suas atividades de trabalho (trabalhador e trabalho tornam-se entes estranhos), mas as mantém por absoluta necessidade material. A este cenário, somam-se os recentes movimentos de desregulamentações e flexibilizações das leis trabalhistas, que vêm a piorar a situação daqueles que efetivamente necessitam de seu trabalho para sobreviver, ou como denomina Ricardo Antunes (2009), da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Coutinho, Diogo e Joaquim (2008) pesquisaram os sentidos atribuídos ao trabalho por servidores técnico-administrativos de uma Universidade Federal. De início, contextualizam as transformações produtivas verificadas nos anos 1990, que vieram a afetar os setores público e privado, a partir do paradigma de caráter gerencial implementado no Brasil pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Este conjunto de transformações, às quais pudemos discorrer na seção *A Nova Gestão Pública e o Gerencialismo na Educação*, tiveram por motivação o aumento da produtividade com foco em resultados. Como meios, utilizou-se da concepção neoliberal para a promoção de privatizações e a paulatina redução do papel do Estado na economia. Paralelamente ao projeto de desmonte dos serviços públicos verificado na esfera político-administrativa, as autoras chamam a atenção para um movimento de ataques aos servidores públicos e de construção de uma imagem negativa destes trabalhadores:

No Brasil, a transformação do Estado ganhou um elemento político/ideológico ao seu corpo funcional (arrocho salarial, campanhas de desmoralização dos servidores públicos, programas de demissão voluntária), gerando a deterioração da identidade e da auto-estima profissional desse segmento de trabalhadores (COUTINHO; DIOGO; JOAQUIM, 2008, p. 100-101).

Assim, Coutinho, Diogo e Joaquim (2008) reforçam a importância da compreensão deste contexto “de mudanças objetivas nas condições de trabalho dos servidores das Universidades Federais” (p. 101), para então adentrar no campo dos sentidos do trabalho.

Corroboramos com esta ponderação, e a reafirmamos na concepção assumida neste estudo – a de que uma vida plena de sentido fora do trabalho está intimamente ligada a uma vida dotada de sentido no trabalho (Antunes, 2009), pois uma vez que estas transformações refletem diretamente na vida profissional destes trabalhadores, refletem também diretamente em suas vidas pessoais.

Quanto aos sentidos atribuídos ao trabalho pelos sujeitos participantes do estudo – trabalhadores do setor de manutenção da Universidade – uma revelação foi a respeito da satisfação em transformar algo que não funcionava em algo que possa ser útil novamente. Aí encontra-se o prazer do trabalhador em poder contribuir para um processo, no momento em que ele enxerga a importância do seu trabalho e de seu papel institucional/social. Outra revelação mostra a importância do trabalho para a produção material da existência: para a consecução de bens materiais e suprimento das necessidades individuais e da família. Coutinho, Diogo e Joaquim (2008, p. 104) pontuam que “este é um sentido atribuído ao trabalho típico do capitalismo, dado que trabalhar é a única alternativa de sobrevivência para a grande maioria das pessoas”. Admitido exclusivamente sob esta ótica, o trabalho perde a sua dimensão ontológica essencial enquanto elemento fundante do ser social e potência para o desenvolvimento humano para restringir-se a meio de manutenção da subsistência.

Outro sentido atribuído ao trabalho por estes servidores públicos foi em relação à estabilidade, a qual consideram fator de grande importância. Em tempos de desemprego e incertezas quanto ao futuro, frutos da reestruturação produtiva do capital – que, por sua vez, precariza as condições de trabalho e reduz garantias – a estabilidade no emprego é tida como algo de grande valia. Também, de acordo com o estudo, a maioria dos entrevistados apontou que o trabalho ocupa posição de centralidade em suas vidas. O trecho a seguir ilustra essa percepção sobre o trabalho: “É a base de tudo... Tudo em todos os sentidos, né. Sem o trabalho eu acho que... Não é só eu... Todo ser humano não é nada” (COUTINHO; DIOGO; JOAQUIM, 2008, p. 105). Por outro lado, as autoras relatam frustrações e decepções emergidas das respostas devido à ausência de reconhecimento no trabalho. Segundo a pesquisa, a falta de reconhecimento do trabalho realizado pelos servidores responsáveis pela manutenção da Universidade pode explicar-se pelo distanciamento existente entre esses trabalhadores e os demais membros da comunidade acadêmica, dada a especificidade dos serviços de apoio, ocasionando a invisibilidade do trabalho realizado. A ausência de valorização e de reconhecimento foi considerada fonte expressiva de insatisfação, o que pode vir a contribuir para a “deterioração da identidade e da auto-estima profissional” (p. 106) deste grupo de

trabalhadores.

Um outro artigo encontrado investigou o significado do trabalho no setor público. Em estudo exploratório, Oliveira e Mazzilli (2007) introduzem o assunto a partir de uma interessante conceituação sobre trabalho e seus sentidos, e que parece contemplar o desenvolvimento desta ação – a de trabalhar – na perspectiva do indivíduo. Dizem os autores:

O trabalho é o meio pelo qual o homem se relaciona com o mundo exterior, onde, permanentemente, busca o prazer e luta contra o sofrimento. Resultando desse embate vivências que determinam a qualidade das relações em todos os aspectos de sua existência. Assim, o trabalho, com seus elementos causadores de prazer e sofrimento, constitui-se numa atividade decisiva para o equilíbrio psíquico do indivíduo e para o desenvolvimento da comunidade que integra, influenciando-se mutuamente, através de uma rede complexa de sentimentos e representações em constante movimento (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 1).

Partindo da concepção de Christophe Dejours sobre prazer e sofrimento no trabalho, com especial ênfase para a questão da saúde mental dos trabalhadores, os autores apresentam uma rica discussão acerca do trabalho no serviço público, particularmente o desenvolvido na esfera administrativa. Segundo a análise *dejouriana*, quando as condições de trabalho impedem o sujeito de canalizar o sofrimento em criatividade, beneficiando-se da atividade laboral, o trabalho pode causar desestabilização e doença. Aproximando-nos do serviço público, o servidor neste cenário se encontraria imerso em um círculo vicioso, o qual caracteriza o sofrimento patogênico (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007).

Ao tecer análise acerca do ideário que constitui a imagem do trabalho público, os autores procuram identificar as estratégias defensivas, de que trata Dejours, neste campo peculiar que é o serviço público, e formulam importantes contribuições para a compreensão do cenário. Oliveira e Mazzilli (2007) colocam que

A alienação, institucionalizada pela administração pública, parece ter-se transformado num mecanismo de redução de culpas, mediando contradições entre os governantes e sociedade, mantendo um nível de ineficiência tolerável, em nome da manutenção da ordem social (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 04).

A alienação colocada nesses termos também significa que o servidor público acaba por aceitar diminuir-se em troca da manutenção dos supostos benefícios de seu emprego: a segurança da estabilidade e do salário regular. “Entre os servidores comuns, o trabalho reduz-se a pequenas tarefas atreladas a formulários e à guarda de regulamentos que esvaziam o trabalho individual, fazendo perder a noção da produção coletiva, privado de significado social” (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 04).

À problemática da alienação, surgem outras questões que vão moldando a realidade de trabalho do serviço público e o comportamento dos servidores. O estudo traz à tona as desigualdades de tratamento para com os diferentes órgãos do Estado, o que

acarreta significativas discrepâncias nas condições de trabalho existentes entre servidores que tem como mesma finalidade a de trabalhar para o Estado e servir à sociedade. E, ainda, o servidor público se vê refletido em uma imagem, socialmente construída, à qual muitas vezes luta para dissociar-se: a “figura do barnabé, confundida, ainda, com os marajás e ações de políticos que institucionalizam o assalto aos cofres públicos e que nada têm a ver com os servidores e seus baixos salários” (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 04, apud MATOS, 1994).

É neste complexo contexto que os autores chegam às estratégias defensivas – tema central nas análises de Dejours – verificadas nos trabalhadores do serviço público. E procuram explicar a dinâmica que os levam à elaboração dessas estratégias de maneira coletiva:

Embora o prazer e o sofrimento remetam a um sujeito que tem uma história particular, de maneira que não possam ser vivenciados por todos da mesma forma, vários sujeitos vivendo um sofrimento individualmente podem reunir esforços para construir uma estratégia de defesa comum, que funciona como uma regra, destinada a proteger na luta contra a organização do trabalho, conferindo ao sujeito uma estabilidade que ele sozinho seria incapaz de garantir (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 04, apud DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994).

As estratégias defensivas mascaram o sofrimento, a ponto de dificultarem a compreensão de que a origem do sofrimento se encontra no trabalho e em suas formas de organização. É quando, de acordo com o estudo, as estratégias defensivas passam à categoria de *ideologia defensiva*, ou seja, engendram-se em um sistema cuja finalidade acaba por ser, unicamente, a de combater tudo o que é considerado ameaça às defesas elaboradas. E quando isso ocorre aumenta a distância entre o problema e sua resolução:

A ideologia defensiva, opondo-se à elaboração do sofrimento e à avaliação da realidade e, por conseguinte, à ação transformadora sobre a organização do trabalho, culmina em conflitos de poder que tendem a agravar os efeitos patogênicos do trabalho OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 05).

Os achados do estudo levaram os autores a concluir que o significado do trabalho no setor público revelou-se esvaziado de sentido, e que a formação da ideologia defensiva tem origem nas defesas contra o sofrimento, decorrentes das relações sociais do trabalho. Também é causa determinante para os desdobramentos da relação trabalho-sofrimento-prazer a limitação da criatividade, verificada na organização burocrática, que bloqueia o reconhecimento da utilidade do trabalho. Esses fatores têm influência direta na constituição da identidade do servidor público, que se mostra fragilizada, e, ao fim e ao cabo, acarretam em prejuízos aos indivíduos e às instituições (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007).

Frente ao cenário exposto, e aliado às transformações que vêm ocorrendo no setor público (processo de modernização da organização do Estado), um caminho possível

passa pelo fortalecimento da área de recursos humanos nas instituições públicas, que teria por desafio capitanear um trabalho educativo com horizonte no médio e longo prazo, visando a superação da divisão do trabalho (separação entre os que pensam e os que executam), a possibilidade do desenvolvimento da criatividade como meio de dirimir e elaborar o sofrimento e, por fim, o engajamento, que “resulta do processo de desalienação e do poder de co-autoria do trabalho coletivo, decorrentes da criação de condições psicossociais, econômicas e políticas” (OLIVEIRA; MAZZILLI, 2007, p. 12-13).

Na sequência, realizo a discussão acerca dos sentidos atribuídos ao trabalho pelos técnicos em assuntos educacionais do IFSC, procurando alinhar a fundamentação teórica e os dados empíricos surgidos da fase de campo da pesquisa, produzidos nos momentos de discussão coletiva, na aplicação dos questionários e nas entrevistas gravadas que compuseram o videodocumentário.

3. Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina

3.1 A dupla dimensão do trabalho: Ontológica e Histórica

Na perspectiva assumida por esse estudo, a questão norteadora para a investigação sobre os sentidos do trabalho diz respeito à compreensão de sua dupla dimensão: a dimensão ontológica e a histórica. Conforme revisão da literatura realizada na seção anterior, pela dimensão ontológica do trabalho se compreende que os homens, conscientemente, criam a realidade, na relação que estabelecem com a natureza e nas relações com os outros seres humanos. A dimensão ontológica se efetiva quando, pelo trabalho, o potencial humano é colocado em favor da materialização de suas ideias, inquietações e sentimentos, resultando, deste processo, os bens materiais necessários à existência e toda riqueza social (OLIVEIRA, 2010).

A dimensão histórica, por outro lado, se refere ao contexto em que se estabelecem as relações de produção – pois é determinada por essa conjuntura. No modo de produção capitalista há uma ruptura entre trabalho e capital, e essa divisão origina uma situação de *estranhamento*. O estranhamento, em Marx, ocorre quando a atividade de trabalho torna-se *estranhada* ao próprio trabalhador. Esta condição é verificada quando o trabalhador deixa de reconhecer os produtos de seu próprio trabalho – justamente onde este coloca toda a sua energia e vitalidade – tornando-se, estes, *estranhos* ao ser que trabalha.

As dimensões ontológica e histórica são radicalmente diferentes, mas coexistem no trabalho desenvolvido no modo de produção capitalista. Quanto mais emancipador e dotado de sentido positivo ao trabalhador, mais próximo está o trabalho de sua dimensão

ontológica. Quanto mais *estranho* ao trabalhador e meramente servidor para a subsistência material da vida, situação marcante do capitalismo, mais forte se constitui a dimensão histórica do trabalho.

Nas linhas a seguir procuro realizar discussão sobre os sentidos atribuídos ao trabalho pelos servidores técnicos em assuntos educacionais do IFSC, a partir dos dados empíricos surgidos da fase de campo. Para a pretensão de análise de tão complexo tema, de início julgo importante trazer as falas dos sujeitos protagonistas da pesquisa. Quando perguntados sobre os sentidos atribuídos ao trabalho, enquanto técnicos em assuntos educacionais do IFSC, apareceu:

Entendo o trabalho como o que dignifica, humaniza e emancipa o ser humano. Está para além de proporcionar a subsistência. É o que nos possibilita aprender a viver nas relações de forma a respeitar as pessoas nas suas singularidades, conhecimentos, origens... O trabalho proporciona também o autoconhecimento e a possibilidade de me resignificar a cada dia como ser humano e como pessoa que serve a alguém (a essência do meu trabalho é o serviço público, então meu dever é servir ao público dentro da legalidade) – TAE 11.

O sentido do trabalho hoje é salarial – TAE 06.

Desenvolvimento humano: aprendizagens intelectual, emocional e social; socialização de saberes; trabalho em equipe; justiça social – TAE 26.

O sentido do trabalho é suprir as necessidades básicas para sobrevivência (fonte de renda), em sincronia com as necessidades de auto-realização, aliado a um trabalho de excelência – TAE 23.

O trabalho, como bem desvendou Marx, é na sociedade capitalista alienante. Mas há como esse mesmo autor destacou no trabalho a ação que constitui o homem em humano. Então, existe esse duplo caráter do trabalho. Como TAE esse contexto está presente, pois estamos submetidos a toda a lógica doentia e perversa das relações entre capital e trabalho. Subjetivamente poderia ter um significado mais positivo caso a educação formal também não estivesse tão alinhada ao projeto do capital. Mas como no IFSC há poucos sinais ou vazões para se fazer um trabalho diferenciado o cenário é de incredulidade e desesperança – TAE 18.

Tenho no trabalho o sentido de “atividade vital”. Percebo que o trabalho me realiza, e sinto necessidade de utilizar meu conhecimento para o trabalho – TAE 24.

Vejo em duas dimensões. A primeira é “ter o que fazer”, como seres sociais existe uma grande necessidade de sermos úteis ao grupo, logo ter um trabalho é fundamental para nos sentirmos integrados socialmente. O segundo ponto é o que fazemos e qual a motivação além do simples trabalhar, vejo como trabalhador da educação uma oportunidade ímpar de contribuir com o desenvolvimento político e econômico da sociedade e isto é bastante gratificante – TAE 29.

Trabalho como emancipação – TAE 14.

Sobrevivência econômico financeira individual e da família; espaço de criação, experimentação de conhecimentos e práticas adquiridas anteriormente. Realização pessoal e profissional – TAE 20.

Como era esperado, as respostas recebidas ao questionamento acerca dos sentidos do trabalho foram diversas, pois cada uma traz consigo a história individual do sujeito, suas experiências enquanto trabalhador, sua visão sobre o trabalho e a vida. Isso não quer dizer que esse processo ocorra de maneira individual ou isolada, pois como lembra Martins (2011, p. 53) com base em Pino (1993), “toda experiência humana [...] é social por natureza”. Ao adentrar esse campo dos sentidos do trabalho, portanto, é premente saber que tratar de sentidos envolve compreender a presença de subjetividades. Dito isso, além de se considerar as impressões individuais, o exercício empreendido nesse momento será o de decifrar as variáveis que influenciam as atribuições de sentidos ao trabalho enquanto técnicos em assuntos educacionais, ou seja, a identificação de elementos que se mostrem comuns a diferentes sujeitos, mas com semelhanças e afinidades pois trabalhadores da educação e ocupantes do mesmo cargo no serviço público.

A dimensão ontológica se faz presente na fala que atribui ao trabalho o sentido de dignificar, humanizar e emancipar o ser humano; que enxerga no trabalho a possibilidade de aprender a conviver com os outros e “respeitar as pessoas nas suas singularidades”: que, por meio do trabalho, é possível se autoconhecer e se ressignificar diariamente enquanto ser humano. Também compõem a dimensão ontológica as reflexões que compreendem o trabalho como realização pessoal e profissional, como “atividade vital” e “ação que constitui o homem em humano”. São reflexões bastante profundas acerca da relação entre ser humano-trabalho, que partem do entendimento de que o trabalho possui importantes significados aos indivíduos, além da questão econômica e de sobrevivência.

Os depoimentos presenciais captados para o vídeo aprofundam ainda mais esta discussão e também expõe a importância que o trabalho ocupa nas vidas destes trabalhadores:

Não consigo entender a vida sem trabalho... O significado mesmo que eu vejo é de compartilhamento, de trocas... De fraternidade, de solidariedade, de coletivo... Talvez dentro do conceito que a maioria das pessoas usa de Trabalho, poderiam dizer: “você foi educada assim, para trabalhar” [...] o significado maior pra mim é o que você está fazendo pelo outro [...] –TAE 1 videodocumentário.

Pra mim o trabalho é dignidade, ele é o meu ganha-pão, é independência [...] E realização, mesmo. Eu me sinto muito realizada trabalhando. É isso... [...] Os sentidos são construídos, também... são construídos na convivência com as outras pessoas... Com os colegas, com a família, com as necessidades que nós temos. É um tema fundamental para qualquer governo e pro ser humano de modo geral. Este pra mim é o

grande sentido, porque é pelo trabalho que a gente consegue sobreviver e se realizar... Se realizar como ser humano, também – TAE 2 videodocumentário.

Pra mim o sentido do trabalho... Ele tem que mover, assim... Claro, é importante que a gente tenha um salário que nos permita sobreviver, que nos permita não só comprar o pão e poder consumir arte, consumir também prazer, e não apenas o pagar as contas... Que a gente possa ter uma vida digna e confortável... Mas também que o trabalho... O fazer sentido significa eu me sentir útil na sociedade, acho que tem a ver com isso, assim... Que eu não vá lá só pensando no salário no final do mês, mas que eu possa perceber que eu tô fazendo alguma coisa que seja importante para a sociedade, que eu possa estar contribuindo de alguma forma... isso move, né, tem a ver com isso – TAE 3 videodocumentário.

É a condição em que a gente pode se experimentar na relação com o outro, dando aquilo que tem enquanto parte da sociedade [...] afinal boa parte do dia a gente passa no trabalho, e certamente ele é uma das grandes razões da existência, do viver, do fazer... Nesse sentido eu acredito que a gente vai se constituindo pelo trabalho, né... Essa sociabilidade é intrínseca, é parte desse processo, e é onde a gente pode expressar a criatividade, e nesse sentido também a emancipação. Então, acredito que, de fato, sem trabalho a gente não exerce a verdadeira sociabilidade. Por que não dizer da emancipação, da constituição do verdadeiro processo civilizatório e também da própria transformação do ser humano – TAE 5 videodocumentário.

A dimensão histórica também emergiu nas falas citadas, como, por exemplo, em: “o sentido do trabalho é suprir as necessidades básicas para sobrevivência”; “o sentido do trabalho hoje é salarial”; “sobrevivência econômico financeira individual e da família”. Ou na reflexão crítica trazida no vídeo, narrado por uma trabalhadora que observa outras nuances do trabalho atual:

Às vezes a pessoa trabalha e não consegue perceber, porque ela já está em um esquema tão fechado, tão alienado, qual é o propósito do trabalho que ela está fazendo. E isso gera insatisfação e a pessoa não entende a relevância do seu próprio trabalho dentro do contexto da sociedade [...] Acho que no serviço público nós ainda temos essa condição que é um pouco mais resguardada, mas também temos que tomar cuidado quanto a isso, porque é uma onda nova que está atingindo não só a iniciativa privada mas também está entrando no setor público e creio que isso possa se alastrar para toda a sociedade. Os resultados disso infelizmente não são bons. Mas conforme as coisas estão caminhando, como a gente vê trabalhadores escravizados o tempo inteiro, acordos com patrão que não são cumpridos, ou assédio e tudo mais... Eu não quero ser fatalista, mas no final das contas só vai sobrar pra pessoa pensar no salário no final do mês, porque as condições de trabalho, infelizmente, hoje, elas não estão boas para o trabalhador. Vemos uma série de pessoas adoecendo por condições de trabalho precarizadas. Contudo, acho que nós temos o dever de manter a luta e tentar lutar por esse trabalhador que não está em condições hoje de lutar porque ele não consegue nem parar para pensar: eu vou ser crítico, ele não consegue, porque ele tá só pensando: eu não posso perder esse emprego – TAE 4 videodocumentário.

Também apareceu reflexão acerca do caráter alienante que o trabalho adquire no sistema capitalista, fruto da “lógica doentia e perversa das relações entre capital e trabalho”. Para este trabalhador, “poderia ter um significado mais positivo [o trabalho

como técnico em assuntos educacionais] caso a educação formal também não estivesse tão alinhada ao projeto do capital”. Quanto mais a educação formal se alinha ao projeto do capital, menos esperança há. A esse respeito, se relaciona o debate do gerencialismo na educação pública e, sobretudo, o debate da mercantilização da educação.

Considerado um debate de tempos recentes, a discussão sobre a mercantilização da educação no Brasil vem se intensificando neste período de retomada de ideais neoliberais, sustentados pelo avanço da direita e do *neoconservadorismo político e gestor* (ARROYO, 2011), aliados à intensificação do discurso do liberalismo econômico levado ao extremo. A reflexão levantada pelo técnico em assuntos educacionais, ao colocar que a educação formal se encontra alinhada ao projeto do capital é deveras significativa – especialmente se isso está sendo sentido também na esfera do ensino público. Para Freitas (2019), há um projeto em curso que visa ao fortalecimento da educação privada em detrimento da educação pública. Sobre esse contexto, ele fala:

Não deve haver ensino público. A ideia é privatizar. O dinheiro que normalmente é dado para as escolas públicas será transferido, ao longo do tempo, para as escolas privadas. Ele vai pagar o ensino terceirizado: operadoras de serviços educacionais que vão assumindo as escolas públicas. Portanto, é um incentivo ao mercado. Uma vez que esse mercado vai se fortalecendo, ele anula e elimina a escola pública. A ideia é não ter escola pública, a não ser em locais onde esse mercado não tenha interesse em atuar (FREITAS, 2019, *online*).

O contexto citado nos leva a afirmar que o fenômeno da mercantilização da educação, ou seja, a visão de que a educação é uma mercadoria passível de se comprar e vender, ao sabor do mercado, se relaciona diretamente com a dimensão histórica do trabalho – uma vez que as condições para que este fenômeno possa se manifestar ocorrem justamente na dinâmica do modo de produção capitalista. A isso, podem se relacionar os sentidos atribuídos ao trabalho, como evidenciou-se em falas acima, sob o ponto de vista de quem trabalha na educação pública, enxerga seu potencial emancipador, porém já vem percebendo esses movimentos atrelados ao mercado – ou “ao projeto do capital” – que visam à precarização e eliminação dos serviços públicos.

Pelo exposto, nota-se que as duas dimensões do trabalho aparecem nas reflexões dos sujeitos da pesquisa, o que corrobora com o entendimento de que ambas as dimensões – ontológica e histórica – são reais e se manifestam nas situações de trabalho verificadas no modo de produção vigente. Estão inseridas, para relembrar a analogia de Frigotto (2009), nas *esferas da liberdade e da necessidade*; são, portanto, inseparáveis, e também se mostraram presentes no contexto dos TAEs do IFSC. A partir do registro de outras falas, é possível analisar o que faz o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais possuir mais – ou menos – sentido.

3.2 O que faz o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais ganhar ou perder sentido?

Faz mais sentido termos tempo para pensar o processo de ensino-aprendizagem e participar de atividades de pesquisa e extensão. Perde sentido ao termos excesso de tarefas administrativas e pouco tempo para pensar no sentido pedagógico do nosso trabalho – TAE 19.

Sua contextualização em um ambiente/setor de trabalho; afinar as finalidades de sua atuação com a atuação de uma equipe de trabalho; ser referenciado como profissional importante para o desenvolvimento de um trabalho específico – e não um servidor que cabe em qualquer setor, que pode fazer qualquer atividade que qualquer outro não faça – TAE 16.

Mais sentido: atuar efetivamente nas atividades de ensino, melhorando os processos, capacitando as pessoas e colaborando com a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Menos sentido: realizar atividades que não sejam condizentes com o cargo e a formação profissional, desempenhando atividades puramente administrativas e gerando desmotivação – TAE 30.

Acredito que o que faz o trabalho dos Técnicos em Assuntos Educacionais perder o sentido é quando ocorre os desvios de funções, como por exemplo, executar atribuições que seriam de Assistentes Administrativos (nível médio) e Auxiliares Administrativos (nível fundamental) – TAE 23.

O projeto de educação da instituição dá menos sentido ao trabalho do TAE, porque o sentido que atribuo à educação realizada no IFSC não é a de um projeto crítico e emancipador – TAE 18.

O trabalho perde sentido quando se faz atividades totalmente desvinculadas do ensino. Faz sentido quando auxiliamos no processo de ensino – TAE 27.

Para mim perde-se o sentido do trabalho estritamente relacionado ao processo de ensino-aprendizagem quando o TAE exerce trabalhos administrativos, isto é, perde-se a identidade específica do cargo para a identidade geral dos cargos "técnicos administrativos" da instituição – TAE 08.

Pessoalmente, o trabalho dos TAEs faz sentido quando mobiliza-se aspectos teóricos da Formação inicial com as demandas da instituição, principalmente, aquelas relacionadas ao Ensino – TAE 20.

Acredito que é o envolvimento e comprometimento com esse projeto de Educação Profissional, lutando pela continuidade de que seja assegurado o direito do ensino público, gratuito e de qualidade – TAE 07.

A falta de diálogo e de trabalho em equipes multiprofissionais faz o trabalho perder sentido, assim como a limitação à participação em processos de planejamento e de tomada de decisão. Porque, para mim, foram esses elementos que possibilitaram me desenvolver profissional e pessoalmente – TAE 17.

Com o passar dos anos o trabalho do TAE vai perdendo sentido e transformando-se em trabalho administrativo e não pedagógico. Como dizem o TAE é "pau para toda obra", e fica apenas para o trabalho de pedagógico o pedagogo! Trabalhei durante 5 anos no

Núcleo Pedagógico e NAPNE, fiz varios eventos projetos de extensão, trabalhos na área de inclusão e nada com muita valorização, isso acaba cansando, e o TAE volta-se apenas para áreas administrativas – TAE 15.

O que faz perder: generalizar demais o trabalho do técnico em assuntos educacionais (faz tudo e trabalha em qualquer setor); a própria instituição desconhecer o sentido de trabalho desse cargo; O que faz ganhar: reconhecer que há um professor no âmbito administrativo da Instituição e que seu conhecimento pedagógico é de suma importância para atingir os resultados esperados; ter esse profissional nos espaços de trabalho adequados tais como a gestão do ensino e em atividades pedagógicas e de envolvimento com o ensino aprendizagem – TAE 28.

Nem sei se os dirigentes sabem quais são as atribuições de um TAE. Penso que a vaga estava disponível e aceitaram. Outro aspecto é que o TAE deve trabalhar na coordenadoria pedagógica, fora disso não há atribuição de sentido. E o TAE que trabalha na coordenadoria pedagógica acaba fazendo o mesmo trabalho que as/os pedagogas/os – TAE 05.

Falta respeito; falta reconhecimento; falta diálogo enquanto profissional perante principalmente os docentes – TAE 03.

Creio ser pelo fato de que muitos que ingressam na carreira, o fazem mais pelo interesse em se tornar um servidor federal, do que por desejarem realmente realizar um bom trabalho. Após passar a euforia da entrada, que era o que dava sentido à busca, vem a falta de sentido, por que já não existe a motivação básica. Outro motivo pode ser a falta de clareza a respeito do que se espera do servidor neste cargo, pois trilhar uma jornada, sem saber qual o destino, deixa um sentido de ausência de sentido. É preciso saber O QUE deve ser feito, POR QUE, e COMO! – TAE 09.

Um trabalho focado essencialmente em atividades administrativas faz menos sentido – TAE 14.

Para mim é o valor, é saber que aquilo que faço de alguma forma é útil, é importante – TAE 04.

Faz perder o sentido quando não enxergamos o resultado de nosso trabalho – TAE 01.

Ao mesmo tempo que acredito que a flexibilidade que o TAE-TAE [cargo: técnico em assuntos educacionais e carreira: técnico-administrativo em educação] em atuar em diferentes setores e dimensões, possibilita a aprendizagem e troca de experiência. O que considero dificultoso, é a falta de identidade que esta flexibilidade pode causar para a carreira. De fato existe a necessidade deste profissional utilizar seus conhecimentos em educação para ampliar a possibilidade de se constituir uma identidade própria para estes/estas profissionais – TAE 24.

Considerando a relevância desta questão para o alcance do objetivo proposto aqui, que é o de captar os sentidos atribuídos ao trabalho pelos técnicos em assuntos educacionais, optei pela citação direta para a observância da riqueza das respostas dentro do contexto. Para fins de síntese, apresento um resumo no quadro abaixo:

Quadro 2 – O que faz o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais ter mais – ou

menos – Sentido? (Ou: o que faz o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais ganhar ou perder Sentido?)

Ganhar Sentido	Perder Sentido
Participar do processo de ensino-aprendizagem	O excesso de tarefas administrativas
Participar de atividades de pesquisa e extensão	Pouco tempo para pensar no sentido pedagógico do trabalho
Afinar as finalidades de sua atuação com a atuação em uma equipe de trabalho	Ser visto como um servidor que cabe em qualquer setor, que pode fazer qualquer atividade
Atuar efetivamente nas atividades de ensino	Realizar atividades que não sejam condizentes com o cargo e a formação profissional
Quando mobiliza-se aspectos teóricos da formação inicial com as demandas da instituição	Desempenhar atividades puramente administrativas
O envolvimento e comprometimento com o projeto de Educação Profissional público, gratuito e de qualidade	Quando ocorrem desvios de funções
Ter esse profissional nos espaços de trabalho adequados, tais como a gestão do ensino e em atividades pedagógicas e de envolvimento com o ensino aprendizagem	A falta de diálogo e de trabalho em equipes multiprofissionais
Reconhecer o valor e a utilidade do trabalho que se faz	Limitação à participação em processos de planejamento e de tomada de decisão
	A generalização do trabalho do técnico em assuntos educacionais (faz tudo e trabalha em qualquer setor)
	O desconhecimento da própria instituição sobre o cargo, incluindo os dirigentes
	Quando falta respeito e reconhecimento
	A falta de clareza a respeito do que se espera do servidor neste cargo

Elaborado pelo autor. Fonte: análise das respostas recebidas à pesquisa.

Frente ao questionamento acerca dos fatores que exercem influência na percepção dos TAEs sobre os sentidos do trabalho desenvolvido no IFSC, é possível tecer algumas observações. Uma primeira observação diz respeito à natureza das atividades desenvolvidas na instituição: de acordo com as respostas, o trabalho adquire maior sentido quando está vinculado aos processos de ensino-aprendizagem e efetivamente se desenvolve enquanto atividade de ensino. Do outro lado, o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais perde sentido quando predominam as atividades administrativas.

Nesse segundo cenário, o excesso de atividades de caráter administrativo parece roubar tempo e afastar as possibilidades de desenvolvimento de um trabalho de caráter pedagógico.

Não obstante, a esse quadro se relacionam os relatos de ausência de um trabalho em equipe e multiprofissional, que favoreceriam o diálogo entre os diferentes atores do processo educativo. Essa falta de diálogo e trabalho conjunto parece advir da ausência de reconhecimento do técnico em assuntos educacionais no ambiente institucional/escolar, onde o TAE (e sua formação, experiências, potencial para contribuir) é desconhecido da comunidade interna – incluindo, aí, os gestores públicos, que têm papel decisivo na gestão de pessoas. O cenário descrito pode levar este servidor ao isolamento, ou reduzir seu potencial de contribuição, nos processos educativos, para uma condição de executor de tarefas meramente administrativo-burocráticas. O que pode ocasionar desvios de funções e desmotivação.

Uma terceira observação diz respeito à participação na gestão do ensino, no planejamento e nos processos decisórios institucionais. O sentimento de ausência nesses processos foi apontado como redutor de sentido no trabalho dos TAEs. Para Coutinho (2006), a participação no trabalho pode ser compreendida como “uma forma de distribuição do poder entre os diversos atores inseridos em uma determinada relação de trabalho” (p. 17). Embora nesta obra⁶ a autora tenha se debruçado sobre a problemática da participação no trabalho nas organizações privadas, acredito que a descrição citada possa ser aplicada e entendida na esfera pública e em qualquer outro ambiente/relação de trabalho. Ainda, é possível reforçar esse entendimento quando retomamos o histórico recente de transformações na esfera pública, discutidas na revisão teórica. O conjunto de transformações advindas do pensamento neoliberal, implementado no país a partir dos anos 1990 com a NGP, vem adentrando a dinâmica de trabalho no serviço público no sentido de aproximá-lo da dinâmica do setor privado. Assim, nos dias que correm, é possível notar muitas semelhanças entre os dois setores, com a adoção de filosofias e métodos empresariais por parte da esfera pública. Logo, estão cada vez mais tênues as fronteiras entre o trabalho público e o realizado na iniciativa privada. Retomando Coutinho, a autora coloca que “a participação dos trabalhadores é um tema bastante amplo [...] e cuja origem relaciona-se com as lutas dos cidadãos pela gestão democrática dos espaços sociais” (2006, p. 19). Essa realidade, naturalmente, também está presente no Instituto Federal de Santa Catarina, e os relatos dos TAEs indicam que suas participações, particularmente em nível de planejamento e gestão, estão aquém do

6 COUTINHO, Maria Chalfin. Participação no trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

satisfatório.

O gráfico abaixo ilustra a percepção quanto à valorização do trabalho como técnicos em assuntos educacionais do IFSC. A pergunta foi assim colocada: “Como técnico em assuntos educacionais do IFSC, você sente que seu trabalho é valorizado?”

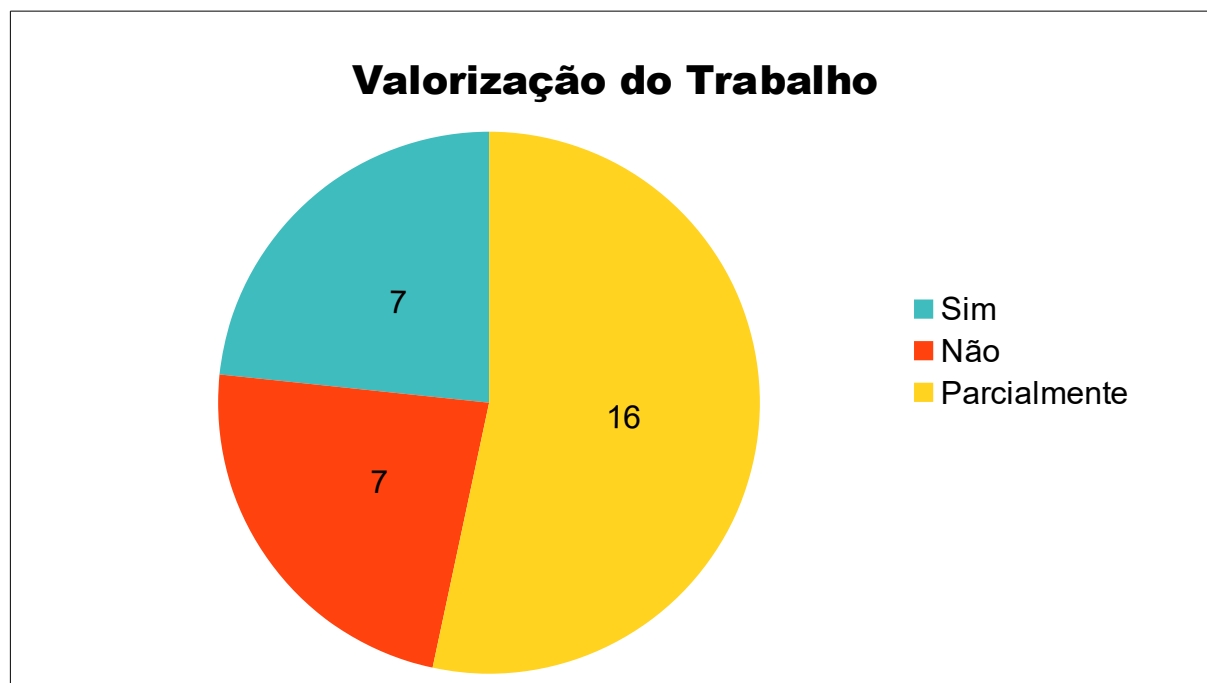


Gráfico 1: Valorização do Trabalho. Fonte: elaborado pelo autor, com base nas respostas ao questionário aplicado.

As respostas a este questionamento indicam que pouco menos de 25% dos técnicos em assuntos educacionais do IFSC consideram que seus trabalhos são valorizados; na mesma proporção, pouco menos de 25% consideram que seus trabalhos não são valorizados, enquanto mais de 50% dos TAEs responderam que seus trabalhos são parcialmente valorizados. Faria, Leite e Silva (2017) destacam a importância da valorização dos esforços dos trabalhadores como elemento estratégico na “organização social dos ambientes de trabalho” (p. 554). Junto com a valorização do trabalho, as autoras apontam outros elementos fundamentais à formação de um ambiente capaz de promover benefícios à saúde dos trabalhadores: o respeito às pessoas, transparência e participação na gestão, e a qualidade das relações interpessoais. O estudo em questão, realizado com servidores públicos federais da educação, reforça o entendimento de que esse debate se relaciona diretamente com a questão dos sentidos do trabalho. Pois é a partir das percepções a respeito de temas como participação, valorização e reconhecimento, relações interpessoais, dentre outros, que os trabalhadores vão compondo suas impressões sobre os sentidos do trabalho. A questão norteadora proposta por Faria, Leite e Silva (2017) diz respeito ao sentido do trabalho e sua relação com a

saúde. E é precisamente sobre saúde – ou sobre o sentido do trabalho que adocece – que pretendo discutir a seguir.

3.3 O trabalho que adocece

É sabido que o foco do presente estudo não é a investigação acerca da relação trabalho-saúde, Entretanto, à medida que a pesquisa se desenvolvia, procurei estar sempre atento àquilo que ia surgindo, brotando nos diferentes momentos, desde a concepção dos conteúdos e instrumentos que comporiam a fase de campo até a produção/coleta dos dados propriamente dita. Quando da revisão teórica sobre os sentidos do trabalho, observei que na busca de estudos que abarcavam os trabalhadores técnico-administrativos em educação, emergiram com força as questões do sofrimento e adoecimento. Naquele momento, então, passei a considerar essa problemática como algo importante a ser abordado, pois partia de uma situação real e em um movimento aparentemente crescente entre os trabalhadores da educação pública.

Assim, formulei no questionário uma pergunta a respeito dessa relação trabalho-saúde: você já vivenciou, em seu trabalho, situação que considera ter motivado algum problema de saúde? É a partir dessa questão que arrisco-me a tecer algumas considerações a respeito de trabalho e saúde entre os servidores técnicos em assuntos educacionais. Apesar de aparecer timidamente no videodocumentário, optamos por realizar essa discussão aqui, admitindo-a como um componente importante na discussão sobre os sentidos do trabalho nos dias atuais e alertando para a urgência de maiores informações sobre o assunto. Em outras palavras: conhecer melhor a realidade para nela intervir com propriedade, procurando identificar as origens dos processos de adoecimento entre trabalhadores e buscar caminhos para mudanças.

Os problemas de saúde associados ao trabalho como TAE do IFSC foram diversos, bem como suas motivações. A menção ao *estresse* aparece com bastante frequência, tal como é possível perceber em algumas respostas:

Estresse, devido a diversos fatores: acúmulo de trabalho, divergências que não são bem administradas pela chefia, falta de colaboração de colegas e clima organizacional ruim – TAE 12.

Inúmeras vezes, levando a crises de pânico, insônia, enxaqueca, estresse... TAE 25.

Excesso de trabalho, carga horária excessiva. Estresse levou a ter um câncer – TAE 15.

Stress e pressão emocional para que o setor atenda as demandas, apesar do número reduzido de servidores – TAE 24.

Desmotivação e estresse – TAE 06.

Em todos os relatos, o estresse ocupacional apareceu associado a outros problemas, seja de ordem física, mental, ou ainda pela combinação de ambas – já que os conceitos modernos de saúde caminham na perspectiva da indissociabilidade entre o bem-estar físico, mental e social (SCLYAR, 2007). No contexto pesquisado, depreende-se que o estresse surge pelo excesso de trabalho, relações interpessoais dificultosas, clima organizacional ruim, pressão para o cumprimento de demandas, etc. Como consequência, o estresse parece acarretar crises de pânico, insônia, enxaqueca, desmotivação e câncer.

Questões anteriormente discutidas no capítulo sobre *Trabalho*, especialmente a discussão acerca da natureza do trabalho dos TAEs frente as descrições das atribuições do cargo (trabalho prescrito x trabalho real) também apareceram nas reflexões sobre trabalho e saúde:

Não cheguei a desenvolver um problema de saúde, mas estava no caminho. Pois, anteriormente, estava desempenhando uma atividade extremamente administrativa e voltada para a área jurídica. Com o redirecionamento de algumas atividades do setor, comecei a realizar outras atividades e mais direcionadas à área de ensino – TAE 30.

É difícil trabalhar com educação e não se afetar, não se sentir frustrado, deprimido e sem esperança, de vez em quando, não? Com esse caráter generalista do cargo, acredito que esses sentimentos aparecem com mais frequência. No entanto, não são exclusivos desse cargo. Os diferentes cargos da carreira dos TAEs passam por essas crises existenciais, imagino. Contudo, nunca me afastei por motivo de saúde em virtude dessas situações, apesar de ter passado momentos bastante ruins. A própria remoção, em partes, foi motivada por uma ânsia de tentar fazer coisas novas, dentro das possibilidades que a instituição oferece ao cargo – TAE 17.

Nos relatos acima, importa perceber como as inquietações que permeiam o trabalho – e a carreira – dos técnicos em assuntos educacionais também acabam por influenciar as percepções sobre a relação trabalho-saúde. As dúvidas e incertezas quanto ao cargo, as “crises existenciais” ou o deslocamento do TAE para a execução de tarefas meramente administrativas são fatores que contribuem para a diminuição do sentido do trabalho e para o aparecimento de problemas de saúde.

Outras falas trouxeram importantes achados sobre o trabalho do TAE e implicações na saúde:

Atuar como mediador de conflitos é algo desgastante emocionalmente e consome tempo reservado a atividades planejadas – TAE 28.

Excesso de trabalho. Meu conhecimento acadêmico minimizado e até ridicularizado – TAE 05.

Assédio moral que contribuiu para intensificação da ansiedade – TAE 11.

No setor presenciei, todos os meus colegas serem removidos do setor por motivos de saúde. Vivenciei, servidores que ficaram mais de 4 meses afastados, e que uma simples remoção para outro setor já solucionaria o problema. Eu inclusive fui o último a sair do setor, por redistribuição, porém também fiquei um período afastado, caracterizado como "esgotamento" – TAE 10.

Aqui, torna-se relevante retomar a importância das relações interpessoais no ambiente de trabalho, e, particularmente, no serviço público, por sua natureza de trabalho contínuo e perspectiva de carreira (FARIA; LEITE; SILVA, 2017). Um contexto onde as relações interpessoais se mostram saudáveis, calcadas no respeito, cooperação e solidariedade, pode contribuir para a resolução de problemas e prevenir que estes se agravem, como no relato abaixo:

Sim [já vivenciou no trabalho situação que considera ter motivado algum problema de saúde], pelo fato do volume de trabalho ter aumentado significativamente neste ano de 2018, por toda pressão e tensão inicialmente ocorrida com a implantação do SIGAA, tivemos registro de pessoas do Setor em afastamento para tratamento de saúde. O diferencial para gerenciar essa tensão relacionada o estresse e volume de trabalho, é que nossas ações são planejadas e desenvolvidas como "trabalho em equipe". Então, quando alguém não está bem, se sente pressionado, geralmente estabelecemos um diálogo próximo, buscando melhorar as condições de trabalho. Mas existe bastante sinergia no grupo, e desta forma as crises e conflitos são solucionadas de forma pontual, na medida em que aparecem – TAE 07.

É curioso notar que, mesmo entre TAEs que responderam “não” a esse questionamento, ou seja, que consideram não ter vivenciado situação de trabalho motivadora de problema de saúde, foram feitas algumas observações relevantes:

Mas já tive alguns episódios de estresse devido à sobrecarga de trabalho – TAE 04.

Mas é preciso uma vigilância atenta pois os processos no IFSC são complexos e não podemos somatizar – TAE 22.

Contudo, devido às diversas situações problemáticas de estudantes x família, estou começando a cansar emocionalmente – TAE 26.

No IFSC, não. Já vivi antes. Por outro lado, considero ter vivido um episódio de assédio moral por parte de um professor – TAE 16.

Como a pergunta foi colocada de maneira bastante abrangente e o campo do comentário era opcional, coube a cada trabalhador escrever livremente suas impressões. Analisando as respostas que negavam ter vivenciado situação prejudicial à saúde, como as transcritas acima, é possível identificar que a fronteira que separa a saúde da doença é tênue. E, para além disso, tocar em questões sobre saúde também envolve subjetividades

e percepções que são particulares a cada indivíduo. O estresse decorrente de sobrecarga de trabalho, por exemplo, não foi considerado problema de saúde para o TAE 04. Ter “vivido um episódio de assédio moral por parte de um professor” não foi considerado como causador de problema de saúde para o TAE 16, enquanto que para um outro servidor o assédio moral intensificou um quadro de ansiedade.

O gráfico abaixo exprime um resumo dessa discussão e mostra que a relação trabalho-saúde é um componente importante a ser considerado nos estudos sobre trabalhadores e sentidos do trabalho.

Você já vivenciou, em seu trabalho, situação que considera ter motivado algum problema de saúde?

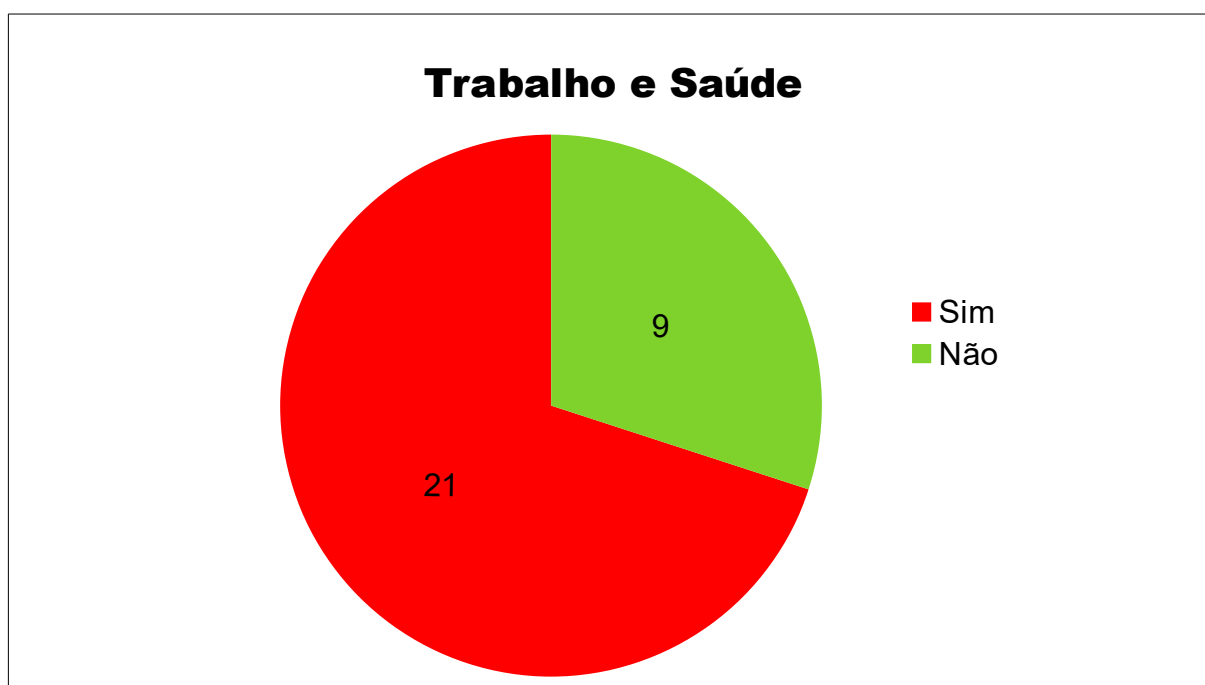


Gráfico 2: Trabalho e Saúde. Fonte: elaborado pelo autor, com base nas respostas ao questionário aplicado.

Dos 30 participantes, 21 (70%) consideram ter vivenciado situação de trabalho que motivou algum problema de saúde, enquanto nove TAEs (30%) responderam negativamente à questão. Estes índices se aproximam dos poucos estudos encontrados sobre os servidores técnico-administrativos em educação. Veiga e Baptista (2016) relataram esgotamento físico e mental de servidores técnico-administrativos da UFPA, decorrentes do baixo número de servidores, o que veio a ocasionar carga excessiva de trabalho. Esse quadro reforça o cenário de intensificação e precarização do trabalho verificado nas instituições federais – Universidades e Institutos.

Loureiro (2017) analisou os processos de sofrimento no trabalho de servidores de uma IFES do Estado de São Paulo, correlacionando-os com uma administração influenciada pelo modelo gerencialista. O autor relata que em 75% dos casos de remoção

originados por sofrimento estava presente o acometimento na saúde relacionado a situações de trabalho. Os acometimentos foram inúmeros e variados, como enxaqueca, problemas gastrointestinais, disidrose, ansiedade, insônia e depressão. Se no período do trabalho baseado na organização taylorista-fordista os problemas verificados eram predominantemente físicos, a dinâmica do trabalho atual vem demarcando o aumento dos casos de sofrimento e adoecimento em nível psíquico (LOUREIRO, 2017).

Para procurar compreender melhor o cenário da relação trabalho-saúde no Instituto Federal de Santa Catarina, frente aos dados que emergiram da pesquisa, busquei estudos que fizessem menção a “trabalho e saúde no IFSC” e “saúde ocupacional no IFSC”. Como venho acompanhando essas questões há algum tempo, com o olhar não de profissional da saúde no trabalho, mas de observador curioso da realidade institucional, não me causou surpresa encontrar apenas um estudo que tenha se debruçado sobre o tema. Os outros achados da busca se referiram apenas a algumas matérias e notícias veiculados pelas mídias institucionais, ficando, porém, na superfície da problemática e não aprofundando o debate.

O estudo em questão é o de Corrêa (2018), que analisou as três principais causas de afastamento do trabalho por servidores do IFSC Campus Florianópolis, no período 2013-2014. Integraram as análises 40 servidores, entre docentes e técnico-administrativos, afastados por um período superior a 30 dias por motivos de saúde. A autora encontrou prevalência de doenças músculoesqueléticas (grupo M da CID-10⁷), transtornos mentais e do comportamento (grupo F) e neoplasias malignas (grupo C) como causas de adoecimentos desses trabalhadores. Na comparação entre 2013 e 2014, a autora encontrou redução nos casos de afastamentos decorrentes de doenças músculoesqueléticas e aumento nos casos de transtornos mentais e do comportamento e neoplasias malignas.

No prosseguimento do estudo, Corrêa (2018) traz importante observação acerca de levantamento realizado em 2017 no mesmo IFSC Campus Florianópolis, em um período de “reconfiguração do perfil sócio-ocupacional com número expressivo de aposentadorias e admissão de novos servidores” (p. 49). Se a média de idade dos servidores afastados por mais de 30 dias em 2013 e 2014 foi de 48,7 anos, as respostas ao levantamento mencionado permitem uma série de constatações. A avaliação foi enviada a todos os servidores do Campus, e dela participaram 91 servidores – mais que o dobro da amostra anterior. As respostas indicam um quadro de servidores rejuvenescido, cuja média ficou em 35 anos, fruto da expansão da Rede Federal discutida anteriormente e das recentes aposentadorias ocorridas na conjuntura atual. É mister perceber, porém, que mesmo com

7 CID-10/Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

este processo de reconfiguração em curso, a realidade vem mostrando que os dados referentes a afastamentos por saúde decorrentes de transtornos mentais e comportamentais seguem aumentando, de acordo com a pesquisadora. Ou seja, o atual cenário aponta “uma incidência desses transtornos não apenas na população adulta e idosa, mas também na população jovem” (CORRÊA, 2018, p. 49). Apesar disso, o trecho abaixo procura encontrar algumas explicações:

Percebe-se uma população recém-contratada em que já se observa certa fragilidade e necessidade de apoio. É recorrente a procura pela mediação da CSO [Coordenadoria de Saúde Ocupacional] nos processos de trabalho, uma vez que é frágil a preparação e acolhimento dos novos servidores em seus postos de trabalho. Há também uma cultura de privatização dos locais de trabalho com predomínio de grupos e servidores com mais tempo de serviço, condição que conota, de certa forma, a presença de resquícios de um modelo de gestão patrimonialista. Observa-se ainda certa dificuldade dos mais jovens em lidar com frustrações e conflitos, o que acarreta maior sofrimento e agravos à saúde de todos. Enfim, talvez o aspecto mais sério desse contexto seja a fragilidade ou ausência de espaços de construção e debate coletivo, espaços de fala e expressão autêntica em que nenhum se sinta constrangido ou ameaçado. Esses espaços estão sendo tolhidos pela burocratização dos processos no serviço público, pela ausência de uma consciência política de classe e controle social sobre as políticas públicas e, mais recentemente, pelo crescente discurso conservador que tenta impedir, inclusive, o debate político nas escolas (CORRÊA, 2018, p. 49).

Da discussão realizada até aqui, depreende-se que a relação trabalho-saúde é composta de múltiplos fatores. Incidem, na maneira como os trabalhadores do setor público vêm reagindo às situações impostas no atual contexto de trabalho, fatores como: a sobrecarga (excesso) de trabalho decorrente de número insuficiente de servidores; um modelo de organização ainda fortemente marcado pela burocracia, apesar das promessas de que a implementação de novos sistemas informatizados e integrados a reduziria; a ausência de reconhecimento e valorização do e no trabalho; a qualidade das relações interpessoais, que por vezes se mostra em estágio de deterioração; o cenário marcado por sucessivos ataques ao serviço público (e a seus servidores), cortes de investimentos, precarização das condições de trabalho, etc.

Como consequência, presencia-se o aumento dos casos de sofrimento e adoecimento dos trabalhadores. A partir do cenário ilustrado acima, o estresse ocupacional aparece frequentemente entre as queixas. Também vêm surgindo – associados ou não ao estresse – casos de crises de pânico, enxaqueca, problemas gastrointestinais, ansiedade, insônia, depressão e câncer. Ou, de acordo com as classificações da CID 10, o aumento dos casos relacionados ao grupo F: transtornos mentais e do comportamento e ao grupo C: neoplasias malignas.

No atual cenário marcado por incertezas, preocupações e inseguranças quanto ao trabalho e ao emprego, uma das poucas afirmações que temos é o crescente fenômeno

do adoecimento entre os trabalhadores, e particularmente entre os trabalhadores da educação pública. O que, por si só, revela um quadro grave e merecedor de outros olhares, a fim de equacionar de maneira mais equilibrada a relação trabalho e saúde. Para que o trabalho possa representar, aos trabalhadores, mais de sua dimensão ontológica, como atividade vital aos seres humanos. E não estar restrito à sua dimensão histórica, servindo apenas como meio de sobrevivência no modo de produção capitalista, cujo custo muitas vezes têm sido pago com a própria saúde.

3.4 Breves considerações a respeito do produto educacional

No resgate do objetivo específico dedicado ao produto educacional, no capítulo introdutório da dissertação, lê-se: *Desenvolver Produto Educacional que contribua (1) para o trabalho dos servidores técnicos em assuntos educacionais e (2) para um maior (re)conhecimento deste grupo de trabalhadores junto à comunidade escolar*. Estas foram as premissas que orientaram o percurso de desenvolvimento do videodocumentário. Mas em que medida, de fato, esse objetivo foi (ou poderá ser) alcançado?

Ainda que o momento talvez se mostre demasiadamente precoce para se atingir tais conclusões, ao final deste ciclo acredito que algumas considerações podem ser realizadas – sempre na perspectiva de avançar na compreensão da realidade que nos cerca.

A motivação maior para o desenvolvimento deste projeto partiu de inquietações, às quais neste momento resumirei em duas: quem são e o que fazem os técnicos em assuntos educacionais? Como técnico em assuntos educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina desde 2009, eu possuía uma impressão particular sobre o assunto, que se constituía tanto pelas experiências do trabalho enquanto TAE do IFSC como nas observações da realidade institucional e nas frequentes trocas com os colegas do mesmo cargo. Tenho gravado na memória que minhas inquietações a respeito deste cargo iniciaram a partir do momento em que fui aprovado no concurso público do IFSC, quando, então, estava na iminência de me tornar um “técnico em assuntos educacionais”. Mesmo sem saber, de fato, o que isso significasse.

Ao longo de minha trajetória como TAE trabalhador da educação pública federal, que em 2019 está completando dez anos, pude experimentar o trabalho em diferentes áreas. E, nesse caminhar, ao mesmo tempo em que determinadas incertezas e indefinições ocasionavam momentos de angústias, se fortalecia o ímpeto de buscar certas respostas. Esse estudo, hoje posso afirmar, começou a ser gestado naquele tempo.

Se ratificarmos que as dúvidas, curiosidades e inquietações constituem-se nas molas propulsoras para o desenvolvimento de novos conhecimentos, torna-se necessário, então, lhes conferir a devida atenção para a compreensão do processo em sua totalidade. Nesse sentido, formavam as bases desta problemática: a genericidade observada nos documentos oficiais que tratavam do cargo de técnico em assuntos educacionais; a recorrente discussão que permeava (e segue permeando) a atuação do TAE, que circula entre o trabalho pedagógico e o trabalho administrativo; a diversidade de áreas e setores onde se encontrava presente o trabalho destes servidores; o limitado número de estudos publicados acerca do tema.

Entendido como parte integrante do desenvolvimento da pesquisa – e não como um anexo – partimos do pressuposto de que o produto educacional deve ter capacidade de expressar a potencialidade do estudo. Esse pressuposto auxiliou na escolha da produção audiovisual enquanto produto, bem como norteou a elaboração do roteiro do documentário. Advém, daí, a sequência elencada para as entrevistas: trabalho; o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais; os sentidos do trabalho. Apesar de englobar os pilares fundamentais abordados na dissertação, elencou-se, para o filme, o foco nos sentidos do trabalho. Por isso o vídeo se desenvolve em um crescente: inicialmente aborda-se *trabalho* em uma perspectiva geral, com finalidade introdutória; em seguida adentra-se no *trabalho dos técnicos em assuntos educacionais* e suas especificidades; para então desembocar nos *sentidos do trabalho* para esses sujeitos. Nesse contexto, são três “partes” que se conectam, que vão se derivando, que se complementam, enfim, para a tentativa de compreensão do todo.

Retomando as questões colocadas no início, quero acreditar que o trabalho apresentado neste formato de videodocumentário possam ampliar a sua margem de alcance do que se limitado à disposição convencional acadêmica. Enquanto pesquisador que esteve envolvido intensamente durante dois anos neste projeto, sei da riqueza contida nas linhas dissertativas e da importância de trabalhos dessa natureza – seja do ponto de vista do desenvolvimento da ciência, seja da perspectiva de crescimento individual do ser humano que se dedica à pesquisa. Tenho o desejo, portanto, que todos possam lê-lo na íntegra. Contudo, julgo que deva ser tarefa constante da academia, também, pensar a interlocução com a sociedade de maneira mais incisiva e eficaz. E os produtos educacionais podem ser interessantes meios para tal, desde que os esforços para as suas utilizações não cessem nas defesas finais e “entregas” desses produtos.

No cenário a que me propus transitar, o videodocumentário é dirigido, primordialmente, aos técnicos em assuntos educacionais e aos gestores – a quem

competem tomadas de decisão sobre questões de alocação de servidores frente a natureza dos cargos, formações e experiências anteriores, e no interesse da administração pública. Não obstante, acredito que o vídeo possa ser acessado, com proveito, pela comunidade acadêmica como um todo, tendo em vista que uma de suas razões é tornar mais conhecida a figura do técnico em assuntos educacionais junto a seus pares. Ou, então, em momento oportuno para provocar o debate sobre trabalho e sentidos do trabalho. O produto educacional neste formato audiovisual permite, por exemplo, a realização de sessões de “cine debates”.

Acredito, portanto, que o presente videodocumentário enquanto produto educacional possa contribuir para um maior conhecimento destes trabalhadores da educação federal na comunidade em que se inserem. Daí podem derivar a realização de atividades significativas, a ampliação da participação em equipes de trabalho, maior reconhecimento e valorização do trabalho, entre outras. A isso também está relacionado algo que, muitas vezes, acaba se dando de maneira individual: a atitude do técnico em assuntos educacionais perante seu contexto de trabalho. Uma vez que sua atuação no espaço educacional não está dada, e o estudo veio a corroborar com essa diversidade de possibilidades (que, por sua vez, têm origem na criação do cargo e nas descrições dos documentos), cabe ao TAE, em muitas situações de trabalho, o posicionamento frente a realidade encontrada. A compreensão de seus potenciais para contribuir com o trabalho educacional nas instituições federais pode auxiliar neste processo. É deveras importante, também, a articulação e o diálogo entre os TAEs, no sentido da reflexão acerca de seus trabalhos e do fortalecimento enquanto grupo de trabalhadores da educação. Ao final, este processo se mostra como uma caminhada permanente em busca de sentidos para o trabalho.

REFERÊNCIAS⁸

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**. Ano IV, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES JR, Estevão et al. **Sobre dissertações no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de Física**. In: X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2015. Disponível em: <<http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R1223-1.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações para APCN 2016**. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Criterios_apcn_2016/Criterios_APCN_Ensino.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em 24 nov. 2017.

CORREIA, Maria da Conceição E. dos Santos. **Atenção à saúde mental do trabalhador em educação no serviço público federal: o caso do IFSC Florianópolis**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Participação no trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda; JOAQUIM, Emanuelle de Paula. Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 9, nº 1, p. 99-108, Jan./Jun. 2008.

DECUPAGEM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Decupagem&oldid=50673480>>. Acesso em: 24 maio 2019.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

ESCURRA, María Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências

⁸ Essas foram as Referências utilizadas no capítulo 3 da Dissertação, denominado *O produto educacional: videodocumentário sobre os sentidos do trabalho para os técnicos em assuntos educacionais*. A relação completa das Referências da pesquisa encontra-se ao final da Dissertação.

Humanas. Ano XI, n. 22, out./2016.

FARIA, Renata Mercês Oliveira; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; SILVA, Girlene Alves da. O sentido da relação trabalho e saúde para os assistentes em administração de uma universidade pública federal no Estado de Minas Gerais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 27 [3]: 541-559, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00541.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FIGUEIREDO, Jussara Moore de; ALEVATO, Hilda Maria Rodrigues. **O sofrimento no trabalho do servidor técnico-administrativo de uma IFES: breve reflexão**. VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

FREITAS, Luis Carlos de. **Brasil de Fato**. Entrevista concedida a Guilherme Henrique. São Paulo, 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/04/uma-vez-que-esse-mercado-se-fortalece-ele-elimina-a-escola-publica-diz-estudioso/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em 22 nov. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do “homem novo”, artífice da sociedade socialista. **Revista Interface**, v. 21, n. 62, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n62/1807-5762-icse-1807-576220160967.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: **Capitalismo, trabalho e educação**. Lombardi, José C.; Saviani, Dermeval; Sanfelice, José L. (orgs). 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

LOUREIRO, Thiago. Assistentes em administração: trabalho, sofrimento e adoecimento de servidores. **Revista Laborativa**, v. 6, n. 2, p. 59-79, out./2017. Disponível em: <<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social** – Volume 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Selma Aparecida Caselli. **Cotidiano de trabalho de profissionais da atenção básica à saúde: uma arena de sentidos, emoções, saberes e fazeres**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Edições 70, LDA, 1993.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, v. 15, n. 1-3, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2018. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Anexo ao Regulamento. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/2018_Anexo_Regulamento_ProfEPT.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

NIEZER et al. Caracterização dos Produtos Desenvolvidos por um Programa de Mestrado Profissional da Área de Ensino de Ciências e Tecnologia. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**. V. 8, n. 3, mai-ago. 2015. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rbect/article/view/2084/2177>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

OLIVEIRA, Maria Jandira de Souza; MAZZILLI, Cláudio. O significado do trabalho no setor público: um estudo exploratório. In: **XXI Encontro da ANPAD**, 1997. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1997-ap-07.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

OLIVEIRA, Renato almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Revista Kínesis**, vol. 2, n. 03, Abril-2010, p. 72 –88. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SANTOS, Heloisa Helena. Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho. **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, n. 1, fev./jul. 1997.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VEIGA, Fernanda dos Anjos; BAPTISTA, Ester Roseli. Intensificação e precarização do trabalho de técnico-administrativos na UFPA: um estudo sobre o trabalho dos secretários. **Revista Expectativa**. Cascavel/PR, V. 15, n. 15, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/14245>>. Acesso em: 24 maio 2018.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis/Fundação Educacional do Município de Assis, 2003.